

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ENSINO DE LINGUAS E
LITERATURA

EVELINY ALMEIDA FEITOSA JÁCOME

A LEITURA POR TRÁS DAS GRADES:
UM ESTUDO DE CASO COM PESSOAS PRESAS NA UNIDADE PENAL DE
TOCANTINÓPOLIS

ARAGUAÍNA

2023

EVELINY ALMEIDA FEITOSA JÁCOME

**A LEITURA POR TRÁS DAS GRADES:
UM ESTUDO DE CASO COM PESSOAS PRESAS NA UNIDADE PENAL DE
TOCANTINÓPOLIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Selma Maria Abdalla Dias Barbosa

ARAGUAÍNA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- A4471 Almeida Feitosa Jácome, Evelyn.
A LEITURA POR TRÁS DAS GRADES: UM ESTUDO DE CASO COM PESSOAS PRESAS NA UNIDADE PENAL DE TOCANTINÓPOLIS. / Evelyn Almeida Feitosa Jácome. – Araguaína, TO, 2023.
82 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras Ensino de Língua e Literatura, 2023.
Orientadora : Selma Maria Abdalla Dias Barbosa
1. Identidade Prisional. 2. Formação de Leitores. 3. Leitura. 4. (Re)construção. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EVELINY ALMEIDA FEITOSA JÁCOME

**A LEITURA POR TRÁS DAS GRADES:
UM ESTUDO DE CASO COM PESSOAS PRESAS NA UNIDADE PENAL DE
TOCANTINÓPOLIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Selma Maria Abdalla Dias Barbosa

Aprovado em 16 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
PROF. ORIENTADORA: SELMA MARIA ABDALLA DIAS BARBOSA

Documento assinado digitalmente
 SELMA MARIA ABDALLA DIAS BARBOSA
Data: 23/08/2023 20:04:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
EXAMINADOR: LAÍRA DE CÁSSIA BARROS FERREIRA MALDANER

Documento assinado digitalmente
 SELMA MARIA ABDALLA DIAS BARBOSA
Data: 23/08/2023 20:09:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
EXAMINADORA: ELISA BORGES DE ALCÂNTARA ALENCAR

Documento assinado digitalmente
 SELMA MARIA ABDALLA DIAS BARBOSA
Data: 23/08/2023 20:09:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
EXAMINADOR (Suplente): CÍCERO DA SILVA

Documento assinado digitalmente
 SELMA MARIA ABDALLA DIAS BARBOSA
Data: 23/08/2023 20:12:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Jeová **Deus** por me manter de pé nesse processo do mestrado, pela dádiva da vida e por colocar em meu caminho pessoas que me ampararam, me ajudaram de forma incondicional e desinteressada e, assim, me possibilitaram chegar ao final deste trabalho, concluindo-o mesmo com todos os percalços e dificuldades pelos quais passei neste longo período de caminhada, desde o início até o término dos estudos e da pesquisa. Não tenho palavras para agradecer o quanto caminhar com esses amigos foi importante para que eu chegasse ao final, mesmo com tantos obstáculos. Citarei eles aqui e espero não estar sendo injusta com ninguém.

Aos meus pais por me proporcionarem um mundo rodeado de livros e por sempre incentivarem e apoiarem as minhas decisões acadêmicas. Sem isso seria impossível também continuar. Obrigada por tudo. Espero retribuir a cada dia todos os esforços de vocês. Sem palavras para dizer “...como é grande o meu amor por *vocês*”.

Aos meus queridos irmãos Moacri Neto, Joseliny e Cláudio por fazerem parte de minha vida. Amo vocês incondicionalmente. Sei que estarão sempre torcendo por mim, assim como estarei por vocês.

Aos meus filhos, Leonardo e Érika, por existirem, simplesmente. Vocês me dão força para continuar lutando. Sou grata também por me apoiarem mesmo eu estando ausente, por nunca terem reclamado presença e entenderem que em tudo que faço meu pensamento está em vocês.

Aos meus sobrinhos, por quem tenho um imenso amor, Lyvia, Gabriel, Caio, Isabela, Micael e Kauã. Sou grata a Jeová Deus por existirem e fazerem parte de minha vida.

Aos meus colegas de trabalho e amigos, Fernanda, Marco Aurélio e César, pela ajuda prática e incentivo na escrita. Os conselhos, as conversas, o apoio foram fundamentais para que eu continuasse. Obrigada por acreditarem em mim.

Sou imensamente grata ao Vinícius Lima pela acolhida na CPP quando fiz minha primeira visita, mesmo antes de passar no mestrado. Esse acolhimento foi muito importante para o início da caminhada. Parabéns por ser um entusiasta da educação, mesmo trabalhando com pessoas marginalizadas. Suas palavras e conhecimento prático, enriqueceram muito o meu trabalho. OBRIGADA!

Aos meus colaboradores/entrevistados. Conhecer vocês foi uma experiência maravilhosa. Ouvir sobre as experiências que viveram me deixou emocionada e confiante que podemos sim acreditar no ser humano, pois sempre haverá uma saída, que nem sempre está distante de nós. Muito obrigada pela confiança. Vocês agora são parte de minha história.

Às minhas Mestras Fabíola, Marilene, Aline e Prof.^a France, vocês são a minha inspiração nesse caminho acadêmico. Obrigada por também acreditarem em mim e por terem dedicado tempo para me orientarem nas referências bibliográficas e na escrita. Mas o mais importante foi a amizade de vocês. Isso foi importante nos piores momentos. Errei muito nessa caminhada, mas tenho certeza que o aprendizado foi maior. Sou grata por não ficarem apontando os meus erros e sim como eu poderia melhorar. Valeu muito a pena ouvir os conselhos, as dicas e compartilhar o medinho lá dentro de não conseguir. Vocês não só fazem parte de minha história acadêmica, mas da minha vida. Amo vocês de coração!

À minha orientadora, Prof. Selma Abdalla, por ter continuado acreditando que eu conseguiria quando nem eu mesma mais acreditava. Por sempre olhar meu trabalho com muito carinho e ética, sem também ficar apontando os erros, mas me dando caminhos novos para seguir, mostrando com sua voz suave e meiga onde eu poderia melhorar. Sou grata por me conduzir até aqui com equilíbrio e muita paciência. Agora você também faz parte de minha história. OBRIGADA!

E, por fim, ao meu amor, meu amigo, companheiro de todas as horas, meu querido esposo, Rodrigo. Sou muito feliz por caminhar com você e por ter você na minha vida. Obrigada por acreditar no meu potencial, por me incentivar a continuar e por cuidar do meu emocional quando assim foi necessário. Agradeço por segurar a minha mão e por me acompanhar nas entrevistas e em todas as situações que o mestrado exigiu. Seu apoio incondicional é, e sempre será, fundamental para os meus projetos. Quando penso em tudo que faz por mim, lembro das palavras do cântico 132, que diz:

[...]

Nós somos um, como Deus quer;

Uma só carne: homem, mulher.

Unidos nós ficaremos

Em tudo o que vier.

[...]

E, na estrada da vida,

Que sejas sempre meu amor.

Obrigada, meu amor, por cuidar de mim, por proporcionar sempre o melhor ambiente e as melhores condições para que eu possa estudar e seguir com meus projetos, que no fim, são também seus. Amo você e quero continuar sempre ao seu lado te apoiando também sempre que precisar. “Que sejas sempre o meu amor”!

RESUMO

Pensar na (re)construção da identidade do sujeito que esteve privado de liberdade na pós-modernidade constitui um exercício desafiador e atual, seja pela situação caótica do sistema prisional do Brasil, seja pela precária existência de ações, projetos, estudos e pesquisas voltadas para essa temática no sistema prisional. Partindo desse pressuposto, o objetivo desta pesquisa é investigar em que medida o processo educativo desenvolvido na Unidade Penal de Tocantinópolis por meio do projeto extensionista “Clube dos Livres” possibilitou a formação de leitores e a (re)construção de identidades de pessoas em situação de privação de liberdade. A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar dos estudos aplicados da linguagem, com ênfase na interface entre as pesquisas sobre identidade e as investigações acerca da formação de leitores, entendida como algo processual, promovida a partir da relação entre enunciadores e o contexto em que esta investigação foi desenvolvida. A referida articulação teórica, em consonância com o objetivo mencionado, convida a pensar acerca do seguinte problema de pesquisa: Em que medida a leitura, como instrumento de remição de pena, contribui para a formação de leitores e a (re)construção das identidades dos sujeitos que estiveram em situação de privação de liberdade na Unidade Penal de Tocantinópolis? Para responder esta problemática de maneira satisfatória, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de cunho interpretativo, dentro da área da Linguística Aplicada (LA). Os instrumentos utilizados para esse fim foram entrevistas semiestruturadas que captaram a percepção dos sujeitos investigados com as experiências vividas. Os entrevistados relataram, de forma voluntária, como os processos educativos vivenciados na prisão contribuíram para o convívio em sociedade de forma que eles se sentissem inseridos ou não na sociedade. Ao estudar sobre esse tema, descobre-se a amplitude do assunto e nos vemos num mundo de várias possibilidades e descobertas, ou vários mundos, se assim quiser. E como tudo que é absorvido interfere nas emoções desses sujeitos.

Palavras-Chaves: Identidade prisional. Formação de Leitores. Leitura. (Re)construção.

ABSTRACT

Thinking about the (re)construction of the identity of the subject who has been deprived of liberty in post-modernity is a challenging and current exercise, whether due to the chaotic situation of the prison system in Brazil, or due to the precarious existence of actions, projects, studies and research aimed at this theme in the prison system. Based on this assumption, the objective of this research is to investigate to what extent the educational process developed in the Tocantinópolis Penal Unit through the extension project “Clube dos Livres” enabled the formation of readers and the (re)construction of identities of people in situations of deprivation of liberty. The theoretical foundation is housed in the interdisciplinary field of applied studies of language, with emphasis on the interface between research on identity and investigations on the formation of readers, understood as something procedural, promoted from the relationship between enunciators and the context in which this is said. investigation was developed. The aforementioned theoretical articulation, in line with the aforementioned objective, invites us to think about the following research problem: To what extent does reading, as an instrument of

remission of punishment, contribute to the formation of readers and the (re)construction of the identities of the subjects who were in a situation of deprivation of liberty in the Tocantinópolis Penal Unit? In order to satisfactorily answer this problem, a qualitative, interpretative research was developed within the area of Applied Linguistics (AL). The instruments used for this purpose were semi-structured interviews that captured the perception of the investigated subjects with their lived experiences. Respondents voluntarily reported how the educational processes experienced in prison contributed to living in society so that they felt included or not in society. By studying this topic, one discovers the breadth of the subject and finds oneself in a world of various possibilities and discoveries, or several worlds, if you like. And how everything that is absorbed interferes with the emotions of these subjects.

Keywords: Prison identity. Reader Training. Reading. Reconstruction.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Reflexões dos detentos sobre a importância da leitura na prisão	48
---	----

LISTA DE SIGLAS

Casa de Prisão Provisória – CPP

Conselho de Ética e Pesquisa – CEP

Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Constituição Federal – CF

Ensino Fundamental – EF

Ensino Médio – EM

Linguística Aplicada – LA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT

Universidade Federal do Tocantins – UFT

SUMÁRIO

MEMORIAL	12
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA	18
1.1 Contextualizando o Lócus da Pesquisa	18
1.2 A Unidade Penal de Tocantinópolis como espaço educativo	19
1.3 O Desenho Metodológico	20
1.4 Cuidados Éticos	23
CAPÍTULO 2: ARTICULAÇÕES TEÓRICAS	25
2.1 Conceito de Identidade e suas Atribuições	25
2.2 Educação como Direito de Todos	28
2.3 Projeto Clube dos Livres	30
2.4 Letramento Crítico e suas Colaborações	32
2.5 Educação como Direito dos Privados de Liberdade	33
2.5.1 <i>Educação e Leitura no Ambiente Prisional</i>	33
2.6 A Prisão e o Encontro com a Leitura Durante o Encarceramento	37
2.7 A Sociedade Punitiva e as Penas	39
2.8 Contexto Prisional Brasileiro e Remição de Pena	44
CAPÍTULO 3: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	47
3.1 A Pesquisa	47
3.2 A Leitura como Expressão de Liberdade e Formação de Identidade	51
3.3 Sentidos e Significados Atribuídos à Leitura na Prisão	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

MEMORIAL

Iniciei minha vida estudantil em casa. Minha mãe professora, tia professora, estávamos sempre inseridos no mundo dos livros e da escrita. Devido a isso, quando cheguei à escola, a alfabetização foi muito tranquila. Digo sempre que fui muito bem alfabetizada, as letras sempre fizeram parte do meu cotidiano, por meio dos livros, das atividades que a mamãe passava e também com as brincadeiras de escola que eram rotina na nossa casa.

Sempre fui aluna exemplar e muito dedicada em tudo que fazia em relação aos estudos. Mesmo bem novinha acordava na madrugada para estudar.

Toda a trajetória de Ensino Fundamental I e II foi concluída em Nazaré, cidade na qual morei até os 16 anos. O Ensino Médio concluí em Tocantinópolis. Aos 19 anos fui para Araguaína cursar Letras, ainda na Unitins. Não foi uma época fácil, pois sair de casa aos 19 anos, no meu caso, que era apenas uma menina achando que era uma mulher, foi muito difícil. Passa um filme na minha cabeça de tantos obstáculos que enfrentei. Mas como nunca fui uma pessoa de desistir, consegui concluir o curso de Letras. Três meses depois já estava dentro de uma sala de aula ministrando aula de Língua Inglesa, com a cara, a coragem e o diploma debaixo do braço. Experiência? Somente a do fundo do quintal de minha casa, com as bonecas, meus irmãos e alguns coleguinhas fazendo o papel de alunos. Foram dois anos de aprendizado, penso que mais aprendi que ensinei.

Em 2002, iniciei meu trabalho com formação de professores, passando por alguns setores administrativos. Aprendi muito, pois foi uma experiência riquíssima. Entretanto, estava faltando alguma coisa ainda para que eu me sentisse confortável na minha profissão. Queria fazer algo diferente, e com o incentivo em casa, fui cursar Direito. No meu pensamento, era o curso dos meus sonhos. Sofri bastante e muitos traumas ficaram em minha mente após esse curso. Era uma viagem de 100km todos os dias, dentro de um ônibus lotado de sonhos e de muita bagunça.

Mas as lembranças desse curso, algumas quero esquecer completamente. Em cinco anos de curso, aprendi mais sobre as pessoas do que sobre o Direito. Senti na pele o quanto as pessoas podem ser más com as outras. Aprendi também que existem pessoas que plantam sementes do bem. Foi lá, na Faculdade de Direito, que conheci professores sem ética, professores despreocupados com os seus alunos, professores que, em alguns momentos se misturavam aos alunos e era difícil definir quem era quem. Foi também ali que descobri que poderia até ser meu

sonho ser advogada, mas não era a minha vocação. E os motivos são vários, mas não quero me estender nisso agora.

Em 2014, passei no concurso da UFT, para o cargo de Secretária Executiva. Mais uma oportunidade que o curso de Letras me proporcionou. Em 2016, antes de concluir o curso de Direito, fui chamada no serviço público federal. Assumi o cargo e fiquei com as 20h no Estado, como coordenadora da Educação de Jovens e Adultos em uma escola. Em 2020, fui selecionada para o mestrado de Estudos Linguísticos e Literários na UFT.

Iniciei o mestrado no início da pandemia. Cada aula, cada dia que passava era um aprendizado. Como não tinha o hábito da pesquisa, descobri muitas falhas nas formas de estudar. Então, fui em busca de conhecimento para que eu pudesse adentrar no mundo da pesquisa. O primeiro passo foi adquirir livros que me ajudassem a entender os próprios livros. Fiz muitas leituras e fui me apaixonando cada vez mais pelo mundo da pesquisa, da literatura e me encontrando nesse universo maravilhoso. Conheci pessoas também apaixonadas por livros, que me apresentaram autores interessantes. E até fiz amizades com uma autora maravilhosa.

Mas não foi um processo fácil, pois estávamos no meio de uma pandemia, que nos forçava ao isolamento social. Portanto, o mestrado foi concluído remotamente, estudando sozinha, debatendo sozinha e enfrentando ansiedade, medo e muita insegurança.

Mas enfim, hoje, após todo esse processo concluído, sinto-me uma nova profissional e uma pessoa mais evoluída. O mestrado me proporcionou um mundo desconhecido, mas que eu vislumbrava. No entanto, não tinha ideia que estava tão próximo de mim. Trabalhar na universidade foi fundamental para que eu tivesse esse contato com o ensino, a pesquisa e a extensão. Antes eu só conhecia o ensino.

Hoje vejo que a universidade pública é muito mais interessante em relação a universidade privada. Ela mostra outros mundos que não vemos nas instituições particulares. Foi na universidade pública que encontrei o meu caminho como educadora, como leitora e escritora, e também como pessoa.

Agora, sigo na escola como professora de Língua Portuguesa da Educação de Jovens e Adultos e sinto satisfação em entrar na sala de aula, sentimento que não experimentei antes do mestrado. A sala de aula era para mim um lugar inexpressivo, distante e eu não me via como professora. Agora, digo com todo orgulho que sou professora e, em sala de aula ou não, quero continuar essa missão de compartilhar conhecimento. Missão esta que foi proposta na dissertação que se segue.

INTRODUÇÃO

Pensar na (re)construção da identidade do sujeito, que esteve privado de liberdade na pós-modernidade¹, constitui exercício desafiador e atual, seja pela situação caótica do sistema prisional do Brasil, seja pela precária existência de ações, projetos, estudos e pesquisas voltados para essa temática no sistema prisional.

A ideia de pós-modernidade adotada neste trabalho parte das colaborações de Bauman (2008; 2004; 2001), ao entender que o contexto social vigente é caracterizado pela fluidez das coisas, o que provoca relações instáveis entre as pessoas em diferentes domínios sociais. Isso ajuda a pensar as condições de não incentivo à leitura, bem como o fato de se ter poucas pesquisas sobre a temática aplicada nas realidades prisionais.

Os números alarmantes de violência veiculados todos os dias nos noticiários, locais ou nacionais, são motivos de preocupação. Isso se deve à sociedade, a qual vive apreensiva com os acontecimentos, bem como ao poder público, que não encontra estratégias efetivas para a redução da criminalidade. Esse cenário suscita inquietações a respeito da desorganização do Estado, do crescimento do crime organizado e do conseqüente aumento da população carcerária.

Nesse sentido, é possível considerar a seguinte problemática de pesquisa: Em que medida a leitura, como instrumento de remição de pena, contribui para a formação de leitores e a (re)construção das identidades dos sujeitos que estiveram em situação de privação de liberdade na Unidade Penal de Tocantinópolis?

Com o objetivo de responder à questão da pesquisa, traça-se o seguinte objetivo geral: Investigar em que medida o processo educativo desenvolvido na Unidade Penal de Tocantinópolis por meio do projeto extensionista “Clube dos Livres” possibilitou a formação de leitores e a (re)construção de identidades de pessoas em situação de privação de liberdade.

Partindo do objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Discutir o conceito ampliado de leitura a partir do contexto prisional;
- ✓ Caracterizar o perfil de escolaridade e experiências com leitura dos entrevistados que estiveram em privação de liberdade;
- ✓ Identificar os significados atribuídos pelos participantes entrevistados às experiências com leituras na prisão;

¹ Entendemos por “pós-modernidade” o período de modificação social atual, marcado pela perspectiva líquida das relações humanas, desencadeada após a Segunda Guerra Mundial (BAUMAN, 2021).

- ✓ Propor estratégias de leituras a serem desenvolvidas juntamente aos sujeitos de pesquisa.

Como ponto focal para coleta dos dados de pesquisa, utilizamos o “Clube dos Livres” como estratégia. Trata-se de um projeto que opera na interface entre leitura e letramento no contexto prisional, no município de Araguaína. É, portanto, um projeto idealizado pela UFT, o qual se baseia em rodas de leitura e outras atividades, por meio de rodas de leitura e outras atividades cognitivas. Por ser um projeto de extensão, elegemos a comunidade prisional araguainense como público alvo, com o objetivo de desenvolver junto a ela o desenvolvimento intelectual do preso através da imaginação despertada pelas atividades de leitura.

Historicamente, muitos fatores têm contribuído para o crescimento da população carcerária, dentre os quais podemos citar a ausência de condições materiais e a falência das políticas públicas para boa parte da população, as quais deveriam existir garantindo a oferta de educação de qualidade para todas as classes sociais, bem como acesso à moradia digna e saúde pública. A concentração de riqueza, a qual culmina em acentuada desigualdade social, e o desemprego estrutural são também fatores que contribuem para o aumento da criminalidade, associado com a política de encarceramento em massa. O Conselho Nacional de Justiça, no entanto, tem trabalhado estratégias para a redução do encarceramento. Vitor Dieter, professor em criminologia na Universidade de Kent (Inglaterra) diz que, devido à parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o executivo, o Brasil não alcançou a posição de primeiro lugar no encarceramento, mas corria esse risco, visto ser “um dos poucos países que mais encarceram e que estavam com aumento de prisões desde a década de 1990”².

No que se refere à realidade nesse contexto, o município de Tocantinópolis, localizado a 523 km da capital Palmas, apesar de não estar isento da criminalidade e dos paradoxos e precariedades do sistema prisional, teve uma experiência singular no campo da educação em prisões, desenvolvida na Unidade Penal de Tocantinópolis, antiga Casa de Prisão Provisória (CPP).

Segundo Campos e Silva (2020), em junho de 2017, foi firmada uma parceria entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Unidade Penal de Tocantinópolis, no intuito de estruturar o espaço educativo no interior da unidade e promover atividades educativas. Isso representa um grande avanço nas políticas públicas que versam acerca do sistema carcerário tocantinense, pois ajuda a romper uma ideologia de submissão e abandono desse público.

² <https://www.cnj.jus.br/novos-dados-do-sistema-prisional-reforcam-politicas-judiciarias-do-cnj/> - pesquisa feita em 11 de outubro de 2022, às 17h.

A escrita à distância foi elaborada tendo como propósito viabilizar também a comunicabilidade, ou seja, um Clube de Leitura, por meio do qual os detentos têm acesso a livros de literatura. Essa atividade extensionista começou com a parceria entre a UFT e a Unidade Penal e o objetivo era possibilitar experiências de leituras às alunas do curso de Pedagogia e aos presos da Unidade Penal (CAMPOS, SILVA, 2020). Com as experiências adquiridas, o projeto foi sendo reformulado até chegar à denominação de “Clube dos Livres”, que traduz bem a contribuição da leitura no espaço prisional.

Ao considerar o cenário anteriormente apresentado de acentuada violência e criminalidade, bem como os preconceitos a que estão submetidas as pessoas presas, ao terem suas identidades fixadas à imagem de bandido e delinquentes, é válido buscar compreender os significados dessa experiência para as pessoas que dela participaram, na condição de pessoas presas.

Os resultados desse estudo poderão contribuir com os demais estudos e pesquisa da área, bem como para que agentes do poder público criem, ampliem e fortaleçam o trabalho na Unidade Penal de Tocantinópolis e em outras unidades do Estado, possibilitando maior perspectiva na humanização dos espaços de privação de liberdade (CAMPOS, 2019, p. 18).

O que impulsionou a realização deste trabalho foi levantar essas dificuldades encontradas pelos sujeitos que por ali passaram, apresentando propostas do que eles precisam saber ao se deparar de volta com o convívio em sociedade, com base nas experiências adquiridas com e por meio da leitura.

Assim, este estudo pode ser justificado a partir do desejo de colaborar, de maneira mais efetiva, com a comunidade prisional, deixada à margem das estratégias de leitura. Por isso, espera-se que, além de contribuir na formação e garantia de direito das pessoas presas, este trabalho possa também ajudar a sociedade a ter um olhar diferenciado para ex-detentos, os quais já pagaram por seus delitos e precisam ser acolhidos como cidadãos e assim (re)conquistarem a dignidade e fazerem parte da vida na sociedade extramuros.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por uma investigação qualitativa, de cunho interpretativo, dentro da área da Linguística Aplicada (LA). Entende-se que esta escolha metodológica ajudou, de maneira satisfatória, no mapeamento dos discursos dos sujeitos de pesquisa, de modo a favorecer as interpretações elencadas no capítulo de análise. A técnica utilizada para geração dos dados foram entrevistas semiestruturadas, as quais captaram a percepção dos sujeitos investigados com as experiências vividas.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, os quais estão organizados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, realizou-se uma narrativa do percurso, iniciando com uma contextualização do lócus da pesquisa, ao abordar as escolhas metodológicas feitas no intuito de se atingir os objetivos, como foi o início do projeto da pesquisa, o primeiro contato com os envolvidos no processo, as dificuldades enfrentadas no caminho e as alternativas encontradas para que a pesquisa fosse concluída.

No segundo capítulo, discutiu-se o conceito de identidade e o papel dela no espaço do encarceramento. Abordou-se as modalidades de ensino existentes dentro da Unidade Penal de Tocantinópolis e como elas foram ganhando espaço nesse ambiente a partir do projeto Clube dos Livres. Também discutiu-se os direitos à educação dos sujeitos que estão encarcerados, conforme reza a Constituição. Apresentamos o Projeto Clube dos Livres, que apresentou, por meio de rodas de leitura e outras atividades, a leitura e a escrita literária.

No terceiro capítulo, discutiu-se sobre o papel da leitura e da escrita na vida de pessoas que estão desacreditadas por elas mesmas e pelos outros, visto terem saído de um ambiente totalmente hostil e excludor, em que o objetivo principal é a punição daqueles que ofenderam a sociedade deixando-a desprotegida de segurança e, muitas vezes, até de seus valores. Procurou-se analisar o resultado das entrevistas trazendo a conceituação teórica de leitura e identidade sob o prisma da sua importância, na condição de oportunistas de possibilidades múltiplas de desenvolvimento humano, e se a leitura reproduz, reforça ou rompe com identidades e atribui sentidos e significados dentro e fora da prisão

No quarto capítulo, desenvolveu-se um percurso de análise a partir dos dados gerados, por intermédio das entrevistas. A proposta é mapear e analisar os discursos desses sujeitos de pesquisa na tentativa de entender mecanismos de ressocialização desses ex-presidiários ao meio exterior ao sistema prisional, tendo a leitura como instrumento de articulação.

Por fim, esboçou-se as considerações finais deste estudo, de modo a atentar em quais momentos contemplamos as diretrizes desta pesquisa. Além disso, evidenciou-se nossas impressões acerca dos resultados apresentados.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

1.1 Contextualizando o Lócus da Pesquisa

Foi realizado um estudo de caso com o método de observação participante e aplicação de questionários. Para Laville e Dionne (1999, p. 154) a observação participante tem o intuito de “[...] compreender um universo 'como ele é' não é julgá-lo ou compará-lo a um outro. Isso supõe, de preferência, que seja observado do interior [...]” e além disto “[...] essa busca tem por objetivo reunir o máximo de dados [...]”.

Yin (2015, p. 127) diz que “com efeitos, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas”. A pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios de investigação quando a familiaridade, o conhecimento, investigação e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, pouco ou inexistentes.

O estudo de caso é o método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Nos quais utiliza-se documentos, observação direta e participante (FONSECA, 2012).

O uso da metodologia de estudo de caso requer uma reflexão sobre o perfil do pesquisador. É preciso considerar de antemão se o pesquisador possui as características e habilidades exigidas e, caso contrário, se está disposto a desenvolvê-las. No estudo de caso, o pesquisador é o principal instrumento de coleta e análise de dados, quando não é o único, com isso haverá momentos em que sua condição humana será altamente vantajosa, permitindo reagir imediatamente, fazer correções, descobrir novos horizontes, bem como, terá situações em que essa condição pode levar a cometer erros, perder oportunidades, envolver-se demais com certos casos e menos com outros. Saber lidar de forma consciente e ativa com sua condição humana é o desafio principal que o pesquisador deverá enfrentar (YIN, 2015, p. 38-39).

Na primeira etapa da pesquisa, foram seguidos os trâmites necessários para a realização da pesquisa. De início, uma conversa com a coordenadora do projeto “Clube dos Livres” desenvolvido na Unidade Penal, visto que meses antes ela tinha colocado a pesquisadora a par do referido projeto. O encantamento foi imediato, pois já se tinha um certo interesse em pesquisar algo na área. Talvez pelo envolvimento da pesquisadora com formação de professores

e ações educativas de leitura ou mesmo após o curso de Direito concluído em 2016, que despertou muitas coisas, menos a vontade de ser uma operadora do Direito. Os motivos são muitos e a Universidade tem muito a ver com a decisão.

Realizou-se um Estudo de Caso na Unidade Penal de Tocantinópolis, Clube dos Livres, com 06 entrevistados (04 sobreviventes, 01 gestor, 01 coordenadora) – ouvindo assim as fontes diretamente envolvidas na experiência, a partir de distintos ângulos.

1.2 A Unidade Penal de Tocantinópolis como Espaço Educativo

A Unidade Penal de Tocantinópolis foi criada em 1991 no governo de Moisés Avelino, e atendia num prédio antigo localizado na Rua Goiás. No ano de 1992 a cadeia foi realocada para onde atualmente funciona o prédio do Comando da Polícia Militar, sendo inaugurado o prédio atual em 1993. Nos anos de 1991 a 1992, a gestão da cadeia pública de Tocantinópolis estava aos cuidados do Dr. Giovane Moura, advogado bem conhecido na cidade e que assumiu o cargo de Delegado Regional. O objetivo era colocar, provisoriamente, presos que cometeram delitos e que aguardavam o processo de julgamento. O espaço era pequeno e tinha quatro celas.

A Unidade Penal já passou por algumas gestões desde a sua criação: os delegados Evandro e Tiago Daniel de Moraes, o servidor da Polícia Civil Vinícius Lima e, atualmente, a gestão está a cargo de policiais penais.

Conhecer um pouco do contexto histórico é importante para fazer algumas comparações. Na época da criação, o objetivo era apenas guardar os presos e manter a sociedade em segurança. As leis foram se aprimorando e muita coisa mudou desde então. E para acompanhar o crescimento, o sistema penal também teve que se reestruturar. Em relação à Unidade Penal de Tocantinópolis, por ser um espaço menor e abrigar presos de baixa periculosidade, o trabalho pode ser mais fácil no que concerne ao cumprimento de direitos e implementação de políticas públicas. No início do projeto não havia nenhuma estrutura para o ensino. Mas as parcerias firmadas e a vontade de todos de que o projeto criasse raízes foi bem maior. Desse modo os esforços de todos foram recompensados e o projeto teve muita repercussão. Ao Pensar em todo o resultado, é possível imaginar todos os caminhos percorridos. A temática é instigante, intrigante e suscita vários debates e estudos.

Algumas mudanças estruturais foram feitas para a realização das oficinas que ocuparia algumas horas do tempo daqueles sujeitos que contavam até os minutos para que chegasse o dia em que ganhariam a liberdade. Dentre as mudanças está a reforma da sala de aula e a

estruturação da biblioteca, que mesmo estando no espaço da sala de aula, mas era muito mais do que eles tinham, e esse espaço abrigou livros que acompanharam os detentos no decorrer da proposta ali oferecida.

1.3 O Desenho Metodológico

A abordagem utilizada foi a qualitativa, pois permite a interpretação dos fenômenos humanos como foco principal, havendo assim um interesse em interpretar a situação em estudo, sob o olhar dos próprios participantes (MOREIRA, 2002).

Nesse sentido, é possível afirmar que:

[...] a pesquisa qualitativa favorece também o emprego de novas perspectivas sobre o social e a produção de interpretações mais próximas dos contextos das situações. Graças a novas categorias de percepção do social, ela consegue conceituar diferentemente as problemáticas, e também trazer um novo esclarecimento sobre os diversos processos que levam determinados indivíduos ou grupos a enfrentar situações difíceis (GROULX, 2014, p. 99).

E para alcançar os objetivos desses estudos e dadas as peculiaridades da temática, além da abordagem qualitativa, teve o estudo de caso como método de pesquisa. Na visão de Brandão (1983, p. 12) o trabalho de campo tem uma dimensão muito intensa de subjetividade, é o momento em que uma dimensão afetiva se estabelece. E na visão de Triviños (1987, p. 109), esta técnica permite que o autor aumente sua experiência em torno do problema.

Triviños (1987, p. 109), ainda ressalta que o investigador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica para encontrar os subsídios necessários que lhe permita obter os resultados desejados. Nesse sentido, o estudo de caso é um método de pesquisa de grande relevância para o desenvolvimento das ciências humanas e sociais, envolve um processo de investigação e se caracteriza pela revisão sistemática e aprofundada de casos, fatores de relevância social. Trata-se de um campo estratégico para compreender com profundidade o desenvolvimento do trabalho no clube dos livres a partir dos fenômenos educativos.

A partir dessa perspectiva, o objetivo do estudo de caso possibilita pensar o todo a partir das partes, atrever-se a atingir níveis de relações causais alegadas, explicativos encontrados entre eles num contexto natural e concreto em determinado processo. Assim, tem-se como estudo de caso o projeto Clube dos Livres, realizado na Unidade Penal de Tocantinópolis no

período de 2016 a 2019, pois este trouxe à tona vários elementos que já existiam naquele contexto, mas que estavam sendo abordados como casos sem solução. Desse modo, o estudo de caso, nessa perspectiva individual para se chegar ao coletivo, foi a melhor forma encontrada para se entender os resultados obtidos no projeto dentro do espaço prisional.

Tem-se como instrumento de coleta de dados um aprofundamento bibliográfico por meio da literatura da área, para depois disso utilizar-se da entrevista semiestruturada com os egressos que participaram do projeto “Clube dos Livres”, em parceria com a UFT. Essa entrevista passará pelas etapas necessárias, que são: gravação, transcrição e análise, com o intuito de captar e compreender a percepção dos partícipes do processo de Educação Prisional e das alterações que esse processo provocou em suas identidades.

Iniciou-se com uma análise documental: documentos e produções do projeto Clube dos Livres, que pudessem subsidiar o trabalho a ser desenvolvido. Após o levantamento e elaboração das questões foi feita a preparação das entrevistas para extrair dos educandos informações sobre os dados da pesquisa, com vistas à compreensão sobre o assunto abordado. Dessa forma, foi necessário um entendimento das particularidades dos indivíduos com maior grau de profundidade.

E para a escolha dos egressos foi necessário estabelecer alguns critérios, como: se participaram do Clube dos Livres e, se participaram, se teve impacto de alguma forma em sua vida, seja no sentido prático ou mesmo no modo de repensar suas ações a partir da conquista da liberdade. Visto que não tinha participado do projeto, nosso conhecimento sobre ele era apenas o de ouvir a Professora Aline comentar ou mesmo de presenciarmos algumas ações que foram desenvolvidas, como o lançamento do segundo livro e um documentário feito para divulgação de alguns resultados. Não se tinham elementos que imputassem a responsabilidade da escolha dos sujeitos a serem entrevistados. Sendo assim, entrou-se em contato a coordenadora, Professora Aline, para que ajudasse nessa tarefa. Ao lembrar de cada participante, ela foi elencando as mudanças percebidas em cada sujeito que participou das atividades. Ao citar todos por nome citou algumas características que marcaram alguns deles, como timidez ao iniciar as leituras e desenvoltura adquirida após a leitura de alguns livros, desenvoltura também na maneira de abordar os temas e levar para a vida pessoal, tecendo críticas sobre eles mesmos. Além disso, Aline lembrou de alguns internos que concluíram o EF e/ou EM na prisão, sendo que dois entraram para a Universidade mesmo estando enclausurados, tendo como incentivo o projeto Clube dos Livres.

De acordo com o livro “Ler e escrever na prisão” de Aline Campos (2019), escrito pelos próprios egressos e privados de liberdade, dezoito detentos participaram do Projeto e escreveram suas narrativas que foram transformadas em Livro, no entanto, incluímos na investigação da pesquisa quatro (4) egressos, não somente porque apenas eles se destacaram, mas por causa do contato que se perde com alguns após eles deixarem a prisão. Dos dezoito, Aline ainda tinha contato com os quatro que aqui participaram. O primeiro contato foi feito por ela de modo a obter autorização para serem incluídos na pesquisa. Após isso foram enviadas mensagens aos quatro fazendo apresentação da pesquisa e da mestranda. As primeiras conversas foram realizadas via *WhatsApp*. Em seguida, visto a pandemia estar mais controlada, foi possível encontrar alguns presencialmente.

Para realização da pesquisa, primeiro foi elaborado um questionário para analisar o perfil socioeconômico dos participantes, como forma de obter os dados necessários para avaliar se o processo de educação fez falta e se isso contribuiu, dentre outros fatores, para a entrada no mundo do crime.

Apesar de um bom número de privados terem participado do projeto desenvolvido em parceria com a UFT, alguns privados e egressos não foram incluídos na pesquisa. Assim, tem-se como critérios de inclusão: apenados que participaram do projeto clube dos Livres, homens adultos em boas condições de saúde, com acesso à internet, maiores de dezoito anos, ex-detentos da Unidade Penal de Tocantinópolis. E como critério de exclusão: ex-detentos que não participaram do projeto de extensão, atuais detentos que participam, ex-detentos que não estão em boas condições de saúde, indivíduos que se recusaram a preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A etapa final desse trabalho é a análise de conteúdos, o que remete à pesquisa propriamente dita, esta é entendida como a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, vinculando pensamento e ação. Minayo (1994, p. 17) afirma que “[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Assim, a última etapa será a sistematização dos dados coletados, pois após o levantamento dos instrumentos de pesquisa, passa-se-á a análise propriamente dita do que foi coletado para a apresentação final, objetivando os resultados provenientes de todo o processo educativo pelos quais passaram na prisão e fora dela, com o intuito de compreendê-los ou não, além das respostas elencadas com vistas a ampliação do estudo, comparando-o com o que se tem em voga sobre o tema, respondendo assim à pergunta norteadora: *Em que medida a*

formação de leitores como instrumento de remição de pena contribuiu para a (re)construção das identidades dos sujeitos que estiveram em situação de privação de liberdade na Unidade Penal de Tocantinópolis.

1.4 Cuidados Éticos

Entrevistar sujeitos que saíram de um espaço como a prisão, não é tarefa fácil. Isso porque corre-se o risco de mexer em feridas ainda não cicatrizadas. Nesse momento é importante usar da empatia para que as respostas venham de forma espontânea e sem dores, pois eles vão lembrar momentos difíceis que passaram desde o momento em que chegaram na cadeia até o dia em que saíram. Todos os seus medos, receios e angústias daquele espaço podem ficar gravados na mente e atrapalhar seu processo de adaptação fora da prisão. Desse modo, foi preciso muito cuidado e uso de tato por parte da pesquisadora para que a pesquisa obtivesse seu resultado, mas sem deixar, na memória dos participantes, marcas ainda mais profundas das que eles já carregavam, procurando sempre não mencionar sobre o delito que os levou à prisão. Mesmo porque essa pesquisa não tem o condão de fazer julgamentos relacionados à vida jurídica do sujeito-leitor.

Após isso, foi providenciada a documentação para enviar ao Conselho de Ética e Pesquisa (CEP). Como a referida investigação tratou diretamente com seres humanos, teve-se o cuidado de, antes de gerar os dados, ter a aprovação do CEP, com vistas a garantir uma pesquisa eticamente correta.

Em seguida, foram solicitados os contatos dos sujeitos que participaram do projeto Clube dos Livres quando privados de sua liberdade. O primeiro contato foi feito, gentilmente, pela professora Aline, explicando a eles o objetivo do projeto. E eles também, gentilmente concordaram em participar, o que nos deixou bastante animadas para as entrevistas. A partir daí foi a preparação para as entrevistas de modo a procurar embasamento teórico que desse força às palavras dos entrevistados.

Já sobre os riscos que envolvem a pesquisa, os entrevistados poderiam se sentir constrangidos no momento da entrevista com perguntas que envolvessem memórias dos momentos vividos, bem como se sentirem invadidos na sua privacidade. Nesse sentido, foram tomados todos os cuidados necessários para não fazer perguntas que remetessem ao crime do qual foram acusados, tentando conduzir a entrevista apenas para os processos de leitura do qual

participaram, procurando amenizar essas situações deixando os participantes numa situação de tranquilidade e confiança para se manifestarem.

Em relação aos benefícios, a pesquisa proporcionará benefícios não somente para os envolvidos diretamente, mas também para a sociedade em geral, pois foi feito um estudo das relações entre os seres humanos mostrando algumas especificidades de suas vidas e como cada um se comporta na sociedade, favorecendo, assim, as relações entre os indivíduos de diversas classes sociais e promovendo conhecimento e transformações pessoais. Revelou-se como o projeto impactou na vida de cada um e dos demais que participaram, proporcionando uma autorreflexão desses sujeitos, da vida que tiveram e dos caminhos que percorreram até chegar na prisão, e qual impacto tiveram ao retornarem para o meio social extramuro.

Dessa forma, o trabalho segue as normas éticas de acordo com a resolução CNS nº 466/12 que regulamenta a realização de pesquisa envolvendo seres humanos e determina que devem ser realizados de acordo com os princípios éticos e morais, respeitando a privacidade de todos os pesquisados.

CAPÍTULO 2

ARTICULAÇÕES TEÓRICAS

2.1 Conceito de Identidade e suas Atribuições

Na obra “Identidades” (2018, p. 17) Appiah relata que “[...] Em 1950, a identidade de alguém era aquilo que o distinguia, não o que o ligava aos outros. E cita o exemplo de um relatório policial no qual o policial descreve a vítima como “do sexo masculino, negra, homossexual, pertencente a uma determinada associação católica, mas sua identidade permanece desconhecida”.

No entanto, os conceitos foram mudando pois se percebeu que a identidade é dinâmica e está inserida nas relações sociais. Nesse contexto, afirma que “identidades são construções sociais, poderosos marcadores sociais de diferença que operam sempre de maneira relacional”, (Appiah, 2018. p. 11) ou seja, leva-se em conta a qual grupo pertence, se é negro, indígena, homossexual, sua origem e tudo mais que possa identificá-lo.

A identidade pode significar inclusão e exclusão e é regida por normas socialmente estipuladas. Por isso, Appiah (2018, p. 19) a define como “normativa” e “por existirem normas de identificação, pessoas que pelos rótulos se identificam como x agem às vezes segundo o seu próprio rótulo”, e justificam suas atitudes levando em consideração o grupo ao qual pertencem. Nesse sentido, de acordo com o autor, a identidade parte daquilo que se convencionou chamar de norma, a partir da concepção de algo socialmente padrão.

De acordo com Lima e Barbosa (2019), essa identificação passa pela (re)construção dessa identidade e seu processo parte da “construção identitária a partir da constituição de identidades profissionais discursivas nas instituições formadoras”. A partir daí os alunos aprendem a falar e atuar como professores desenvolvendo a essência da linguagem dialógica.

A partir desse ponto, concorda-se com Lima e Barbosa (2019), quando os mesmos discutem que ao (re)construir a identidade, assumimos a representação social como recurso metodológico por excelência. Dessa maneira, as representações transcorrem das relações sociais, nas quais coordenam comportamentos e fundamentos de suas crenças. Assim, as identidades são construídas discursivamente nas instituições formadoras.

Na prisão, muitos se juntam para não serem humilhados ou intimidados pelos outros. Desse modo, se veem obrigados a fazer parte de algum grupo apenas para se proteger, sobreviver no espaço da prisão. Nesse sentido, Kitzinger (1989, p. 94, apud LOPES, p.13), diz

que “as identidades não são fundamentalmente propriedades privadas dos indivíduos, mas construções sociais, suprimidas e promovidas de acordo com os interesses políticos da ordem social dominante.”

Nas interações sociais, vários papéis são representados. Em alguns momentos, o papel de filhos, em outros de esposa/marido, pai/mãe, trabalhador(a), mas em todos os momentos não se joga fora a identidade de cidadão, detentor de deveres e também de direitos. Appiah (2018, p.31) aponta que “Temos várias identidades porque elas são úteis para a construção da vida, mesmo que o sejam de maneiras diferentes[...]” e Bauman (2004, p. 33) ressalta que “No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das sentenças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam”. Ressalta-se ainda que, “[...] as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas”. No entanto, nessa busca e captura, corre-se o risco de adquirir uma que não lhe satisfaça como pessoa, ela apenas serve para identificá-la num determinado momento ou num determinado lugar. Bauman (2004, p. 96) enfatiza ainda que “em nosso mundo fluido, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para se usar e exibir, não para armazenar e manter”.

Já para Edwald & Soares (2009), é preciso entender ainda, as identidades grupais, que funcionam cada vez menos fixas, essenciais, mais posicionais, mais flexíveis, nômades, múltiplas, híbridas, proliferantes, tornando-se cada vez mais flutuantes. Nesse contexto, tornam-se fronteiras de um mundo permeável que possibilitou também identidades tão voltadas para si, como afirma Stuart Hall (2001), as identidades “flutuam livremente” e se pode verificar uma certa homogeneização cultural, sinalizando para um senso comum planetário.

Nesse caso, as identidades grupais são vistas como representação de um senso comum socialmente construído. Este, por sua vez, se depara com perspectivas ideológicas já cristalizadas na sociedade e que nem sempre reverberam ideais legítimos. Logo, o senso comum, ao ser atrelado às identidades grupais, colaboram para uma cultura de exclusão-inclusão daquela comunidade linguística ao acarretar em desdobramentos estereotipados das pessoas.

Nesse sentido, é necessário problematizar as identidades impostas, que estigmatizam e excluem pessoas condenando-as à rejeição, forçando-as a se despirem ou anularem a identidade já possuída. Appiah entende que as identidades ditas ‘padrão’ “são essenciais para a moldagem

de nossas escolhas e de nossos planos”. E as outras identidades adquiridas ao longo da vida devem se moldar àquela que já carregamos” (APPIAH, 2004, p. 31).

A prisão, com suas regras, seus costumes e suas imposições, molda os indivíduos que por ali passam. Eles passam a pertencer àquele espaço na forma física e subjetiva. Passar a fazer parte de um universo assim, cheio de restrições e regras, é desafiador. Alguns decidem em seus pensamentos, não mais voltar para aquele universo tão hostil, enquanto que outros incorporam a identidade de privado de liberdade, o que pode favorecer a volta ao crime.

Talvez, mas ao perguntar para os entrevistados que participaram da pesquisa e vivenciaram situações de desprezo e humilhações na Unidade Penal, a resposta foi que “a prisão não ensina a ressocialização ou a reintegração à sociedade, ela ensina o sujeito a voltar para a prisão” (Maranhense). Partindo desse indicativo, é perceptível que há necessidade de políticas públicas que incluam essas pessoas que retornam para a sociedade extramuros mais vulneráveis do que quando entraram.

A Lei de Execução Penal – LEP (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984)³ em seu Artigo 1º, postula que o objetivo do sistema penal e prisional é “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984). No entanto, na prática, a maior parte das unidades prisionais está muito aquém de apresentar as condições básicas para cumprir o previsto na lei. Via de regra, o que se observa é a negligência aos direitos humanos, o que dificulta a promoção da integração social. Soma-se a isso os preconceitos a que estão submetidos os sobreviventes do sistema prisional, o que dificulta ainda mais a aceitação de tais pessoas no convívio social e, sobretudo, no mercado de trabalho.

No espaço da Unidade Penal de Tocantinópolis, atualmente, os sujeitos que ali estão, privados de sua liberdade, participam dos níveis de ensino: fundamental 1 ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, fundamental 2 e Ensino Médio ofertados pela Secretaria Estadual de Educação. Além disso, dois (02) alunos do Ensino Superior, sendo um (01) no Ensino a distância pela Universidade Federal do Tocantins – Polo Araguaína e um (01) na modalidade presencial pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (cursando até 2022.1 de modo remoto devido à pandemia)⁴. Tal realidade se tornou possível em decorrência de parcerias firmadas com a Universidade Federal do Tocantins, por meio de projetos de extensão

³ Disponível em <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>>.

⁴ Até a conclusão da dissertação, o aluno do modo presencial havia trancado o curso por não conseguir se manter na cidade, visto que reside em outro município.

universitária; com a Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes, que oferta a educação básica e cede professores, carteiras escolares, alimentação e material didático; e com a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis que fez a doação de 10 (dez) computadores para sala de aula, dos quais 05 (cinco) já foram entregues e estão sendo usados pelos custodiados⁵. Também, mais de oitocentos (800) livros foram adquiridos em campanhas de arrecadação na Universidade Federal do Tocantins. Todas essas parcerias foram mediadas pelo Ministério Público do Tocantins, subseção de Tocantinópolis.

Todas essas experiências foram contadas em dois (02) livros publicados, em que os participantes, sejam os colaboradores, os detentos e policiais penais que contribuíram para o andamento do projeto, contam sobre as experiências vividas (CAMPOS; SILVA,2020). Nessa perspectiva, é interessante destacar a ideia de Deleuze (1992), seguindo a linha de pensamento de Foucault:

Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos ‘subjetivação’, no sentido de processo, e ‘Si’, no sentido de relação (relação a si). E do que se trata? Trata-se de uma relação da força consigo (ao passo que o poder era a relação da força com outras forças), trata-se de uma ‘dobra’ da força. Segundo a maneira de dobrar a linha de força, trata-se da constituição de modos de existência, ou da invenção de possibilidades de vida que também dizem respeito à morte, as nossas relações com a morte: não a existência como sujeito, mas como obra de arte. Trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles (1992, p. 116).

Nessa reflexão, é importante frisar que, as ideias de Foucault, dizem respeito à sensação que o homem tem de ser livre, mesmo estando aprisionado, e ele pode sim ser livre, principalmente, quando a eles são implantados mecanismos de libertação, nesse caso, a leitura. Significa que se quer sem que aquilo que se quer tenha sido determinado por tal ou qual acontecimento, por tal ou qual representação, por tal ou qual inclinação. Constituindo assim, a valorização ética, a cidadania, a leitura crítica, com sensibilidade à diversidade e pluralidade cultural, social e linguística.

2.2 Educação como Direito de Todos

Em todos os níveis de educação, a leitura é primordial para o entendimento e a compreensão de tudo aquilo que se tem e também do que se sonha. Todas as leituras são importantes num processo de educação, “a leitura do mundo, a leitura da palavra”, tão

⁵ Até a conclusão da dissertação, os outros cinco computadores ainda não haviam sido entregues.

conhecida nas palavras do mestre Paulo Freire (2021, p. 36), a leitura que traz conhecimento ou aquela que nos proporciona apenas o prazer de ler.

Para alguns, no entanto, existe apenas a leitura do mundo, do mundo em que vive, no contexto no qual está inserido. E assim, como para Paulo Freire (2021, p. 38) os “textos”, as “palavras”, as “letras” estão nos objetos, na natureza, nos animais com quem ele convive, e em tudo mais que pode comportar seu mundo particular. Nesse universo de leitura do mundo, cercado muitas vezes de recordações da infância e de momentos de aprendizagem, ele sempre rememora momentos únicos de sua vida.

Analisando bem, a pesquisa investigou muitos tipos de leitura. No entanto, tentou criar raízes na leitura que transforma o pensamento, que movimenta. Naquela leitura capaz de fazer o leitor que dela se apropriar a viajar por entre mundos, ou qualquer mundo possível.

Na introdução de seu livro “A arte de ler” (2021), Michèle Petit relata algumas experiências de pessoas que se beneficiaram com a leitura. Algumas como Montesquieu que compara a leitura a um remédio capaz de curar qualquer mal. Petit deixa claro o quanto a leitura vem deixando sua marca ao longo do tempo, contribuindo para o bem-estar dos possíveis leitores. E acrescenta que [...] “a contribuição da leitura para a reconstrução da identidade de uma pessoa após uma desilusão amorosa, um luto, uma doença, etc. – toda perda que afeta a representação de si mesmo e do sentido da vida – é uma experiência corrente. (2021, p. 17). Nesse âmbito, podemos incluir a perda da liberdade no qual o indivíduo é condenado ao isolamento social. Nesse espaço de vulnerabilidade, a leitura pode exercer um papel relevante na busca de si, do outro, na construção e na reconstrução do ser humano. Possibilita a reflexão dos caminhos que percorreu até parar no enclausuramento. Refletir criticamente sobre o que levou ele a chegar ali, se foram oportunidades perdidas, e até mesmo ausência de oportunidades.

Mas o que esperar da leitura num espaço onde não se pode ir e vir, apenas ficar parado olhando para o teto e analisando os seus pensamentos. Essas vivências de leitura na prisão, muitas vezes são ignoradas, pois parte do princípio de que funcionam apenas como distração ou fuga da realidade. E também porque muitos acreditam que as pessoas privadas de liberdade, consideradas como a parte podre da sociedade, não tem a capacidade e direito de se apropriarem da leitura e da escrita para ressignificarem as suas vidas. A crença de que os motivos que os internos têm para o estudo na prisão é apenas para redução da pena, atrapalha àqueles que realmente acreditam na educação para sentirem-se livres dentro e fora da prisão.

Por fim, parte-se do pressuposto de que Literatura não é transformação de valores. Trata-se de um processo formativo de uma identidade leitora que deve ser incentivado a partir de

qualquer manifestação de leitura. Em outras palavras, acredita-se que o senso crítico pode ser desenvolvido por intermédio de qualquer possibilidade de leitura, desde que esta se faça atrativa e com sentido aos olhos do leitor.

2.3 Projeto Clube dos Livres

O projeto Clube dos Livres nasceu da vontade de uma professora universitária, Aline Campos, de levar, aos sujeitos que estavam presos na Unidade Penal de Tocantinópolis, experiências vividas por ela numa unidade escolar dentro de uma prisão. Junto com essa experiência veio também uma dissertação de mestrado concluída em 2015 e que abordou toda a sua vivência com esse público.

Como docente no curso de Pedagogia de Tocantinópolis, aceitou a proposta de um aluno que trabalha na Unidade Penal e fez o convite para que ela fosse visitar o espaço e estudar uma proposta de trabalhar com aqueles sujeitos que ali estavam. Na primeira visita, a professora foi com algumas alunas e diz que usou a teoria freiriana de “não chegar com a proposta pronta”. Portanto, colocou como objetivo inicial trabalhar com as necessidades da Unidade em termos de Educação. Ela relata que, na época, foi muito bem recebida pelo Diretor da Unidade, o qual se mostrou bastante receptivo com a proposta de educação para os privados de liberdade, visto que não havia nenhuma oferta educacional ativa, e que qualquer coisa que se fizesse seria bom.

Desse modo, Aline, por meio da extensão universitária, atuou na unidade promovendo atividades de leitura e escrita, de fevereiro de 2017 a dezembro de 2020. Inicialmente por meio de um Clube de Leitura com encontros presenciais semanais, batizado de “Clube dos Livres”,

Os primeiros obstáculos já vieram logo cedo: a Unidade Penal dispunha apenas de uma sala que poderia funcionar como sala de aula, mas nada de carteira, lousa ou qualquer objeto que representasse uma escola.

De início, a professora propôs uma oficina experimental com os presos para todos se conhecerem. As primeiras conversas foram realizadas com os participantes sentados no chão, sendo necessário pensar, em paralelo, numa estrutura de espaço. Ela conta que os presos eram trazidos algemados, mas com o tempo, as algemas não foram mais necessárias.

Mesmo com toda essa estrutura precária, as ações foram fluindo e repercutindo de maneira positiva, sendo ela procurada pelo Promotor de Justiça à época demonstrando interesse em apoiar o projeto. No primeiro encontro da coordenadora do projeto com o promotor foi discutido sobre a estruturação do espaço. Para a realização dessa primeira etapa foram

convocadas outras instituições como Seduc e Prefeitura Municipal para apoiarem a causa. E na primeira reunião com essas instituições, a Prefeitura, por meio de seu Secretário de Administração, comprometeu-se a doar computadores, e a Seduc, por meio da Diretoria Regional de Educação, prometeu ofertar o Ensino regular, Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM).

As parcerias firmadas deram resultados e veio ao encontro do que disse Aline, a coordenadora do projeto no segundo livro escrito a várias mãos

nossa proposta é evidenciar a força que atividades educativas ganham no contexto prisional quando são desenvolvidas em parceria entre diversas instituições e pessoas, criando assim possibilidades para reinvenção das prisões. [Andorinhas reinventam a prisão (CAMPOS; NASCIMENTO, 2020, p. 22).

Os direitos que já deveriam ser garantidos, necessitam que o judiciário ou a sociedade civil chame para o cumprimento. Com recurso advindo das penas pecuniárias foi possível pintar e mobiliar o espaço para acomodar os computadores. Essa junção de parceria provocada pelo Ministério Público, viabilizou a primeira estruturação do espaço. Após isso, a Seduc iniciou a oferta do Ensino Fundamental e Médio, sendo feita apenas num espaço: EF no turno matutino e EM no vespertino.

Visto que tinha apenas esse espaço disponível, a realização das oficinas do projeto ficaram comprometidas. Todavia, no pensamento da coordenadora, isso não era motivo para reclamação, pois foram conquistas adquiridas. Tendo em vista que a relação com o Diretor da prisão era de muito diálogo, foi sugerido que as oficinas poderiam ser realizadas no sábado à tarde. Mesmo sendo no período de descanso da coordenadora e das graduandas que participavam do projeto, a proposta foi aceita, pois era o que tinha naquele momento.

E apesar de todas as dificuldades e entraves devido o espaço não ter uma configuração de escola, houve interesse por parte dos sujeitos privados de liberdade em participar da ação. Percebe-se, nas conversas que teve a pesquisadora com os egressos, que eles sabiam da necessidade da educação em suas vidas e estavam dispostos a recuperar esse tempo perdido.

Ramos (2016), em sua obra “Letramento na prisão”, afirma que “no processo de ensino e aprendizagem inspirado na filosofia freireana da consciência crítica, o aluno necessita ter acesso à leitura e à escrita, uma vez que ele está em uma situação de oprimido.” Por isso, ensinar num ambiente opressor como a prisão torna-se desafiador, visto que os sujeitos ocupantes daquele espaço estão num estado de extrema vulnerabilidade.

Por fim, entender as práticas de leitura no contexto prisional se constitui como algo complexo, uma vez que demanda do pesquisador um olhar sensível capaz de entender as forças implícitas que ali se entrecruzam. Nesse sentido, pensar em leituras que possam ajudá-los a desenvolver práticas de letramento é algo que nos ajuda a compreender como as pessoas que ali convivem se sentem em relação ao seu entorno e ao mundo externo.

2.4 Letramento Crítico e suas Colaborações

Nesta pesquisa, colocamos o projeto “Clube dos Livres” como uma alternativa prática para o desenvolvimento das habilidades de letramento crítico, partindo do princípio de que orienta o engajamento dos presos em situações críticas por intermédio da leitura. Nesse caso, compreendemos que a sensação de liberdade, em oposição ao cenário social que se forma por meio do contexto prisional, colabora para o desenvolvimento do olhar crítico do detento no que se refere aos aspectos cognitivos e intelectuais.

O termo “letramento” foi utilizado pela primeira vez por Street (1984), para diferenciar as práticas sociais proposta daquelas voltadas à alfabetização. Nesse caso, o referido autor propôs o letramento como estágio complementar ao da alfabetização, pois o entendimento linguístico vai muito além do reconhecimento de sinais gráficos. Portanto, o referido termo ganha contornos sociais e culturais, já que a interpretação e o entendimento das relações humanas deve ser visto como premissa reflexiva, em constante construção.

Com o avanço dos estudos do letramento, foi possível identificar várias ramificações, estando o letramento crítico entre elas. Nesse caso, estamos nos referindo às práticas de letramento desenvolvidas por intermédio da leitura, de modo a utilizá-la no desenvolvimento do senso crítico dos domínios sociais em que se opera. Em outras palavras, o letramento crítico colabora para a formação de um cidadão reflexivo, em que a leitura se apresenta enquanto ferramenta libertadora de projeções reflexivas, as quais questionam estruturas sociais já cristalizadas por questões culturais (PENNYCOOK, 2001; MONTE MÓR, 2011).

No contexto desta pesquisa de mestrado, o letramento crítico nos ajuda a pensar o Clube dos Livres como medida de intervenção crítico-analítica, já que a prática de leitura desenvolvida junto a este projeto desencadeia uma sucessão de ideias capazes de conferir ao detento um olhar crítico da realidade em que opera. Nesse caso, estamos nos referindo às condições de significados em relação à própria realidade social, que se apresenta como segregadora deste público leitor.

Somado a isso, a ideia de libertação dos pensamentos consegue fazer com que o preso tenha condições de imaginar universos paralelos, o que lhe retoma à ideia de liberdade, sensação por demais almejada durante o período do cárcere. Assim, o letramento crítico opera na interface entre o social e o cognitivo, uma vez que dá condições de atribuir significados a partir das relações humanas, permeadas pela leitura (PENNYCOOK, 2001; MONTE MÓR, 2011).

2.5 Educação como Direito dos Privados de Liberdade

2.5.1 Educação e leitura no ambiente prisional

Sendo assim, é preciso fazer valer os direitos desses cidadãos à educação, formal ou informal, dentro da prisão de modo que a lei seja cumprida de forma eficiente. As políticas públicas devem envolver não apenas os detentos, mas todos os que estão inseridos no processo de alguma maneira: Diretor e demais servidores da Unidade Penal.

Ao participar de um Simpósio sobre “Fundamento dos Direitos do Homem”, Norberto Bobbio disse, como ele mesmo relata [...] “num tom um pouco peremptório” [...] “que o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los” (BOBBIO, 1992, p. 25).

Reconhecer e garantir os direitos do homem dentro de um espaço excludor como a prisão, já se configura uma tarefa difícil, visto que a prisão carrega todo um estigma negativo, ainda que tenha sido constituída com o objetivo de transformação do ser humano. No entanto, as experiências mostram que esses espaços, em vez de transformar a vida dos que passam por ela, ou ali tem de permanecer por um tempo prolongado, se mostrou eficaz em descumprimento de direitos e transformou-se apenas num depósito de humanos desprezados e condenados pela sociedade.

Não é objeto desta pesquisa, também, desconsiderar o respeito às leis, visto que elas organizam e protegem a sociedade. Entretanto, tentamos nos ocupar aqui da discussão do direito do cidadão à educação, mesmo estando num espaço privado de liberdade, conforme estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 6º: “a educação é um direito social garantido a todo cidadão brasileiro”.

Popularmente, muitos entendem que garantir os direitos do preso é dar-lhe privilégios e que, ao ser “jogado” numa cela para pagar por crimes que cometeu no espaço extramuros, esse sujeito não tem mais condições de exigir cumprimento de direitos, visto que colocou a

sociedade em perigo. O que se vê atualmente, são discussões sobre a humanização dos espaços no contexto prisional. Por outro lado, tornar esses espaços mais humanos fazendo com que o sujeito preso se sinta valorizado nos seus direitos, e não apenas cobrado nos seus deveres, não significa apoiar o seu comportamento delituoso. Porém, percebe-se que a sociedade considera essa valorização ou melhoramento das condições do sujeito privado de liberdade como benefício de seu comportamento criminoso. E, ainda, que esses sujeitos oneram muito os cofres públicos.

É necessário dar destaque que esses gastos visam um investimento na formação humana e isso é importante não somente para as pessoas presas, mas também para aqueles que trabalham na instituição. Desse modo, criou-se uma política para destinação dos recursos ao cidadão enquanto preso, além de auxílios destinados à sua família quando este não pode mais, em razão do encarceramento, prover o necessário para o sustento dos seus.

A educação nesses espaços assume uma importância de grande valor, pois procura devolver ao cidadão a sua personalização, favorecendo a (re)construção de sua identidade outrora anulada. Assim, é possível afirmar que, neste contexto, o sentido aferido à educação reside justamente nas práticas de transformação de vidas e ressocialização das pessoas ao seio social de maneira positiva. Dessa forma:

Quando falamos em educação, já não discutimos, se ela é ou não necessária. Parece óbvio, para todos, que ela é necessária para a conquista da liberdade de cada um e o seu exercício da cidadania, para o trabalho, para tornar as pessoas mais autônomas e felizes. A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano. Para que ele não precise inventar tudo de novo, necessita apropriar da cultura do que a humanidade já produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo, numa sociedade baseada no conhecimento (CAMPOS, 2019 apud GADOTTI, 2010, p. 41).

Infelizmente, a educação não ocupa o primeiro lugar quando o assunto é estabelecê-la em uma prisão. Algumas instituições até se esforçam e criam algumas políticas internas relacionadas a trabalho que levam o preso a sair do ócio e tornar-se produtivo dentro da prisão. Todavia, essas políticas não incentivam o preso ao estudo de forma que ele adquira conhecimento e possa, quando sair, escolher a profissão que deseja, sendo imposta na cadeia algo que muitas vezes foge do seu perfil. Não podemos dizer que isso é inútil, porém, deve-se ofertar educação para que o sujeito encontre, por meio dela, uma perspectiva de vida mais voltada para a sua transformação pessoal, de modo que ele não tenha sua identidade anulada.

Se partirmos da compreensão, prevista na Lei de Execução Penal, de que a função da pena, além de cumprir a sentença, consiste em promover a integração social da pessoa

presa quando de seu retorno à sociedade, é fundamental que o espaço educativo cresça e se fortaleça dentro das prisões. (CAMPOS, 2019, p. 19)

Campos (2016, p. 12) aponta que “as prisões estão longe de se constituírem como espaços que promovam o desenvolvimento pessoal, o raciocínio crítico e a formação de pessoas para um convívio social desejado”. Portanto, as prisões precisam ser bem mais que ambientes de repressão, mas também um espaço de contribuição e fortalecimento das práticas educativas, deixando de ser apenas ambientes de privação da liberdade e de punição.

Para complementar essa ideia Foucault (2015, p. 205) chama a prisão de “instituição estranha” não sendo eficaz na redução dos criminosos, pelo contrário, foi mais eficaz para elevar a estatística da reincidência. Desse modo, propõe-se a educação nesses espaços tendo como objetivo incluir esses sujeitos excluídos, de modo que eles passem por um processo de transformação em sua formação humana, mesmo estando em um espaço desfavorável. Com isso, prepará-los também para a volta ao convívio social com dignidade.

Ler e escrever na prisão é importante para que esses sujeitos construam a própria história e vejam na prática como essas duas atividades são importantes na vida de todo cidadão. Eles experimentam várias situações de aprendizado e aprendem a colocar no papel sonhos, dúvidas, angústias, suas histórias de dentro e de fora da prisão e isso pode possibilitar uma integração social mais tranquila.

Integrar o prisioneiro ao convívio social implica despojar-se de preconceitos sociais e culturais, conhecer os diversos caminhos geradores das desigualdades, compreender as diferentes visões de mundo, saber as emoções e os sentimentos humanos imbricados em sonhos, medos, amores e fúrias. É preciso conhecer o discurso não autorizado, que não cabe nos laudos do processo, e para isso necessário se faz ouvir, ver, pensar, buscar, aprender, reaprender a ser e viver. Hoje me pergunto, onde estão os que passaram pela prisão e não escreveram e nem foram vistos? Qual o apoio que terão recebido? E é por isso, e por tudo que sabemos tão pouco, que temos de perguntar: por que prisões? (CÂMARA, 2011, p. 114 apud ROWAYNE, 2016).

De acordo com o autor, integrar o prisioneiro aos demais domínios sociais não é uma tarefa fácil, uma vez que se trata de um processo de ressocialização permeado pela acentuação de diferenças e desigualdades em relação àquele cidadão que não apresenta esse tipo de experiência. Por esse motivo, é importante que pesquisas que versam sobre esta temática sejam cada vez mais difundidas, pois nos convidam a pensar na relativização dos comportamentos humanos, bem como na necessidade de integrar as pessoas ao meio social.

Apesar do custodiado ter o direito à assistência educacional, é normatizado pela Constituição Federal, no capítulo III, o Art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do

Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p)⁶.

Percebe-se no texto da Constituição Federal (CF), que a assistência educacional requer a colaboração da sociedade, levando em consideração que o sujeito privado de sua liberdade, em algum momento retornará para suas atividades sociais aqui fora necessitando assim, que a sociedade o acolha em seus direitos e seja tratado com humanidade.

De acordo com Bobbio (1992, p. 25), “não se trata de saber quantos e quais são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los”.

Além de toda essa desconsideração aos direitos, é necessário que a sociedade se atente às desigualdades sociais existentes, que privam muitos de participar do meio social de forma igualitária. Uma pesquisa realizada em 2021 pela Oxam Brasil, organização da sociedade civil brasileira numa parceria com o Instituto Datafolha⁷, 86% da população afirma que o progresso no Brasil está condicionado à redução da desigualdade entre pobres e ricos. É pertinente observar como cada um de nós se comporta diante desses resultados, pois muitas vezes são responsáveis por esses índices que assustam e colocam em evidência as mazelas de uma sociedade preconceituosa, excludora e, em muitos casos, insensível aos desafios e privações que sofre uma parcela considerável da população. Durante a pesquisa, foram investigados alguns grupos que trabalham, direta ou indiretamente, com pessoas vulneráveis e esquecidas pelo poder público.

É perceptível a desconsideração ao meio e às condições em que esses seres vulneráveis foram criados: espaços excludores, famílias desestruturadas, desemprego, pobreza extrema, direitos básicos e extremamente necessários como saúde e educação sendo ofertados a contagotas. Existe uma distância enorme entre o rico e o pobre, e torna-se fácil falar, do alto de nosso conforto, daqueles que cometem crimes sem levar em consideração suas condições materiais, psicológicas, familiares, enfim, tudo aquilo que lhes cercam e contribui para uma existência onde o lema é apenas sobreviver.

Claro que não justifica os crimes cometidos e a violência exacerbada que é possível presenciar no dia a dia. Mas, para que no futuro as estatísticas sejam diferentes, se faz necessário um estudo aprofundado sobre os motivos que levam o ser humano a agir assim. Talvez seja

⁶ Disponível em <<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>>>.

⁷ Disponível em <<<https://datafolha.folha.uol.com.br/>>>

apenas porque ele é mau, e isso não nos cabe definir. Políticas públicas precisam ser criadas para que se possa entender e interferir nos resultados e consequências dessas desigualdades. Não é intenção, neste trabalho, fazer julgamentos sobre aquilo que não conseguimos acessar, que são as estruturas institucionais responsáveis por garantir direitos a todo cidadão brasileiro.

Ressalta-se, mais uma vez, que isso não é uma forma de justificar ou aprovar indivíduos que cometem crimes e causam insegurança e medo na população. Trata-se de uma forma de chamar o poder público e também a sociedade civil para estudos e estratégias que trabalhem o tema da desigualdade com mais seriedade e prioridade, pois quando esse assunto é deixado em segundo plano a sociedade sofre, famílias são desfeitas, crianças são afastadas dos pais e, com isso, cria-se uma teia da qual fica mais difícil desfazer, é um emaranhado de problemas que respinga em todos os setores da sociedade. É preciso chamar para um debate público para que a sociedade se sinta também responsável por esses cidadãos que estão aí na luta pela sobrevivência.

Por esse motivo, acredita-se na educação como forma de trazer todos ao debate público e, no futuro, termos propriedade, de fato, de conclamar que vivemos numa sociedade democrática que preza pelo bem-estar dos seus cidadãos.

Para que isso aconteça, muito ainda precisa ser feito. O início de tudo é estabelecer a educação em espaços como a prisão, local onde se encontra uma parte considerável da população que necessita de todo o apoio necessário para que quando sair esteja amparado de forma que seus objetivos e sua visão do mundo sejam diferentes de quando foi detido.

2.6 A Prisão e o Encontro com a Leitura Durante o Encarceramento

Para a sociedade extramuros os ex-detentos são comparados a lixo e perderam a chance de fazerem parte da vida em grupo. Sendo assim, esses indivíduos excluídos buscam estratégias para voltar ao círculo social, quase que como pedindo permissão para interagirem novamente como seres normais. E assim tentam ser “identificados” como seres sociais ou “sociáveis”. Seguindo esse pensamento, Bauman (2021) defende que a identidade mostra-se deslucada quando “a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso” (BAUMAN, 2021, p. 30).

Esses sujeitos perdem a liberdade e passam a ser confinados numa micro sociedade, chamada prisão. Dessa forma, é possível afirmar que:

Na prisão, lugar indesejável [...] só se entra e sai com licença. Cola-se aos apenados um estigma inseparável de que é muito difícil livrar-se durante o resto da vida, talvez dois: o de ter cometido um crime e o de ter vivido numa instituição total⁸ e lá participado de uma micro sociedade, com valores, códigos e cultura ou contracultura próprios (SANTOS; GOMES; VALADARES, 2019, p. 58).

De acordo com os autores, a prisão constitui um lugar sem alternativas para estabelecimento de relações sociáveis, no sentido mais amplo do termo. Isso porque as pessoas que ali passam a viver são impedidas de conviverem com as demais pessoas ditas “de bem”, pois passam a ter conotação perigosa. Nesse sentido, o cárcere passa a ter relação com a ideia de castigo e o fato de deixar a pessoa obrigatoriamente reclusa infere a necessidade de afastamento social.

Bauman (2021, p. 30) ressalta ainda que “[...] há a ânsia e as tentativas de encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o pertencimento e que possam facilitar a construção da identidade. Segue-se a isso um crescente sentimento de insegurança”. Em outras palavras, o preso, ao encontrar-se impedido de construir relações fora do presídio, procura estabelecer contato com outras pessoas da mesma comunidade linguística, já que o homem é um animal genuinamente social. Este contato com as demais pessoas imersas na mesma situação relacional que ele colabora para o surgimento de uma cultura própria do local, em que é possível semiotizar suas necessidades momentâneas e, com isso, criar uma “identidade”.

Existe uma necessidade natural do ser humano em fazer parte de algum grupo social, seja para se afirmar, seja para interagir ou até para sentir-se aceito. No entanto, exige-se de alguns, e aí entram os privados de liberdade ou os indivíduos que já cumpriram pena, uma “identificação” positiva, identificação essa que os faça merecer fazer parte de um grupo com características sociais aceitáveis.

Essa prática de constante busca de interlocução do homem muito se aproxima pelo que Latour (2012) entende por “reagregação ao social”, isso porque estas novas relações acabam constituindo um novo universo de sobreposição de interesses, de modo a garantir a sensação de aceitabilidade. Assim, acaba construindo uma espécie de mundo paralelo ao meio externo aos presídios, gerando uma espécie de mecanismo de defesa por parte dos encarcerados.

O termo “reagregar”, na visão do autor, resgata princípios sociológicos, os quais problematizam padrões sociais historicamente impostos, que colaboram para uma cultura de

⁸ Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 2021).

segregação entre grupos sociais. Tais padrões, por sua vez, ajudam a definir, estereotipicamente, o comportamento de pessoas que, por algum motivo, não se enquadram nos ditos modelos sociais já cristalizados por uma sociedade demasiadamente moralista.

No contexto de entendimento da prisão como mundo paralelo, a tentativa de reagregar o preso ao meio social encontra na leitura uma possibilidade de minimização desse distanciamento. Isso porque o ato de ler agrega concepções ligadas à liberdade, entendida aqui como objeto de desejo do preso. Assim, a leitura apresenta um universo repleto de possibilidades, considerando-a como ponte entre o cárcere e o mundo exterior à cela (SANTOS; GOMES; VALADARES, 2019).

Dessa forma, focou-se aqui a ideia de leitura como instrumento de incentivo ao desenvolvimento da fantasia e do imaginário, visto aqui como universos capazes de reagregar o preso a mundos diferentes, por intermédio de uma linguagem plurissignificativa e multidimensional. Logo, não se trata apenas de decodificar, mas sobretudo de oportunizar uma liberdade psicológica em detrimento de um aprisionamento físico.

Em suma, é possível afirmar que a construção de liberdade oportunizada pela leitura nos presídios fundamenta-se pela proposta de conferir ao preso a sensação fantástica de construção dos sentidos sociais. Isso, por sua vez, colabora para uma reagração do preso ao meio social fora dos muros do presídio.

2.7 A Sociedade Punitiva e as Penas

Para entender como a sociedade chegou a esse nível de excluir e rejeitar seus semelhantes, é preciso discutir sobre o processo de punição ao longo do tempo e como a sociedade lida com esses seres excluídos do seio familiar e social.

A prisão é definida por muitos como algo indispensável e perene na sociedade, fazendo assim uma provocação. É comum ouvir sobre ela como forma de punição. Entretanto, o que se busca é o melhoramento dos prédios e aumento dos espaços para cada vez abrigar mais pessoas que cometem delitos. Estudar sobre esse tema e buscar estratégias para inibir os crimes é importante para se construir uma sociedade justa e igualitária.

De todo modo, esse não é o objetivo deste trabalho, pois isso exige um estudo aprofundado sobre a construção social do crime e por que se está transformando tantas ações em crimes e deixando o homem à mercê da insegurança numa sociedade que usa o direito de punir como arma para realizar o encarceramento em massa e excluir da sociedade uma parcela

de *seres humanos*. É o caso, porém, de discutir a relação que os privados de liberdade e os sobreviventes têm com a prisão, no sentido de mostrar como isso afetou a (re)construção de suas identidades após passarem por um processo de educação formal e informal dentro da Unidade Penal de Tocantinópolis.

Foucault (2015) em *A Sociedade Punitiva*, recorre a Strauss (2009) para refletir sobre essa sociedade:

Eu me pergunto se não seria possível tentar classificar as sociedades de acordo com o destino que reservam não aos defuntos, mas aos vivos dos quais tentam se livrar[...] da maneira como reagem àqueles que transgridem, infringem ou evitam as leis, de uma forma ou de outra (STRAUSS, 2009, apud FOUCAULT, 2015, p. 3)

Foucault (2015) ainda usa o termo “vomitar” e “expulsar do corpo social esses seres temíveis, mantendo-os temporária ou definitivamente isolados, sem contato com a humanidade em estabelecimentos destinados a esse uso” colocando-os numa posição de menosprezo e indiferença. Nessa perspectiva, Davis (2020, p. 10) enfatiza sobre a dificuldade de se “imaginar uma ordem social” independente do encarceramento, pois essa ação afasta as pessoas do convívio com a família e da comunidade onde muitas vezes convivem a anos.

Observar os desafios e dificuldades inerentes à prisão, bem como apresentar as experiências vividas por esses sujeitos privados de sua liberdade, é importante para entender o que se passa do lado de lá dos portões, entendendo a situação em que esses prisioneiros entram e quais identidades trouxeram para fora, de modo a que se possa entender os motivos de tanto preconceito social.

Todas as pessoas carregam identidade, sejam elas impostas por nós ou pelos outros. Porém, quando se deparam com uma condição de julgamento, é como se despissem das identidades que incorporaram ao longo da vida e preenchessem o espaço com identidades criadas a partir de regras, de normas que foram obrigadas a obedecer para sermos aceitos. No caso dos privados de liberdade, quando inseridos num espaço de exclusão, espaço esse que já traz consigo suas próprias configurações, esses sujeitos passam a andar de acordo com o que lhe é colocado, pois ali não tem vez e nem voz. Para Foucault (2015, p. 4) "*A exclusão seria o efeito representativo geral de várias estratégias e práticas de poder, que a própria noção de exclusão não pode atingir por si só*". Logo, esses sujeitos, além de terem que prestar contas ao Estado devido aos crimes praticados, ainda terão de enfrentar, após saírem da prisão, uma sociedade excludora que parte do princípio de que após eles passarem por ela, estarão marcados

para sempre, como no passado onde as pessoas que cometiam crimes eram marcadas no corpo tornando-se símbolos da punição que a elas foi imposta, como ressalta Foucault.

Marcar, fazer uma cicatriz, deixar um sinal no corpo[...] impor a esse corpo uma diminuição virtual ou visível, ou então, caso o corpo real do indivíduo não seja atingido, infligir uma marca simbólica a seu nome, humilhar seu personagem, reduzir seu status. De qualquer maneira, trata-se de deixar sobre o corpo visível ou simbólico, físico ou social [...] algo como um vestígio. O indivíduo que tiver cometido a infração ficará assim marcado por um elemento de memória e reconhecimento (FOUCAULT, 2015, p. 8).

Essa forma de punição exclui o sujeito do meio social, privando-o dos seus, bem como dos “lugares comunitários ou sagrados” (FOUCAULT, 2015, p. 7). Nesse sentido, exclui-se seres dotados de direitos, são chefes de família, pais, filhos, irmãos e que precisam ser acolhidos após passarem por um processo de exclusão na cadeia. No entanto, isso continua quando ganham a liberdade e precisam retomar a vida aqui fora. Eles são jogados numa sociedade que detém o poder e cria as regras, enquanto eles são seres ‘vulneráveis’ à mercê do sistema. O indivíduo preso sente-se “deslocado” quando chega na prisão e quando sai dela. É como se ele não pertencesse mais a nenhum lugar. A mudança o deixa confuso quanto à sua própria identidade. (BAUMAN, 2021, p. 18,19).

Bauman (2021), citando Kenneth Galbraith, refere-se a uma “maioria satisfeita” que se apega às “normas” e começa a produzir “lixo humano”, criando uma rede de pessoas “rejeitadas” que vivem num mundo de muita pobreza e profunda humilhação. Os encarcerados passam por isso duas vezes ou mais. A maioria, antes de entrar na cadeia, já vem sofrendo esse processo de rejeição social devido à condição financeira, cultural, de gênero ou de raça. Ao adentrarem na prisão tem a sua vida rechaçada pela sociedade. Nesse ponto, constatamos que “ainda que possam ser modernas e equiparáveis a hotéis de quatro ou cinco estrelas, as prisões não deixam, em sua essência, de ser prisões” (LEAL, 2020, p. 40).

As propostas para um espaço que não exclua e não seja conhecido pelo desrespeito aos direitos, vem de muito tempo. Como exemplo temos John Howard (1726-1790), que viveu momentos de agonia ao ser preso, durante um naufrágio, quando se deslocava para Lisboa a fim de ajudar vítimas de um terremoto e foi capturado por piratas franceses. John dedicou a sua vida para reformar prisões, sendo então conhecido como amigo dos prisioneiros (LEAL, 2020).

Aos 64 anos, John Howard faleceu vítima de uma doença contraída na prisão enquanto fazia uma visita. As seguintes palavras estão no seu túmulo

Whoever thouver thou art thou standest at the tombo f thy friend, é dizer, “Quem quer que sejas, estás ante o túmulo de teu amigo”. Foi um veemente crítico dos cárceres da época, de suas condições terríveis, da ausência total de separação do ócio, da promiscuidade, e reivindicou melhorias [...]. John Horward propôs o recolhimento do celular, a separação entre condenados por sexo, idade e delito, a higiene, uma alimentação adequada, assim como o trabalho diário, o isolamento brando (durante a noite), a instrução moral [...] e a classificação (acusados, condenados, devedores. Extinguiu o pagamento de tarifas carcerárias, libertando muita gente que continuava reclusa porque não havia bancado seus gastos. [...]) (LEAL, 2020, p. 55-56).

Essas palavras mostram o quanto as instituições prisionais já vêm a muito tempo apresentando todos os problemas que hoje se vê, muitas vezes num grau de intensidade maior. Soma-se a isso o despreparo e a escassez de servidores, sendo que presídios espalhados pelo país estão em colapso devido a essa falta de estrutura.

Voltando às táticas de sanção, é possível trazer para este trabalho um exemplo de punição por marcação, a história de Damiens, executado de forma cruel por tentar matar o Rei Luís XV. Ler sobre esse relato é como assistir a um filme de terror. Damiens teve seus membros dilacerados e esquartejados em praça pública e em seguida incinerado, ficando seus restos mortais queimando por um bom tempo e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 2015). A culpa desse homem foi apenas arranhar o Rei Luís XV, mas para a época era o maior crime que poderia haver, e devido a isso “o poder político respondeu com a exibição mais cabal de seu brasão penal. Exibiu os traços mais atrozes e ao mesmo tempo mais rituais de seu direito de justiça. O soberano mostrou o que podia fazer com o corpo de um homem” (FOUCAULT, 2015, p. 11).

No dia da execução, famílias inteiras viajaram para ver o “espetáculo”. A justiça, naquele caso, foi transferida para a população que demonstrou uma enorme sede de vingança. Nos dias atuais, a repercussão teria sido ainda maior, pois temos as mídias sociais que trazem informações, mas também é responsável por espalhar ódio entre as pessoas, mesmo que seja de forma virtual. E isso acontece em milésimos de segundos.

Não há pena de morte no Brasil e nem a marcação literal do corpo, porém, presencia-se vários atos de crueldade. Hoje, a violência física ainda persiste, mesmo que não seja mais legítima e nem em praça pública. Esta se mistura com a violência emocional, onde a sociedade escraviza os vulneráveis. Nesse sentido, cria-se a política da exclusão e do encarceramento. Tirar do convívio social aqueles considerados inadequados e incapacitados para viverem no meio dos seres considerados “normais”. Foucault (2015) classifica esses sujeitos de desviantes, e apresentados assim, eles são excluídos com o consenso da sociedade.

Quando o homem não consegue ou não pode mais, devido a lei ter sido modificada, marcar o corpo e deixar uma cicatriz visível, “*sei muito bem que és ladrão, pois não tens mãos*” (Leal, 2020, p. 8-9), ele parte para outras estratégias e procura infligir uma marca simbólica a seu nome, humilhar seu personagem, reduzir seu “status”. Em outras palavras, ele tenta tirar a autoestima, a dignidade, o respeito próprio daquele sujeito. E a primeira providência é confiná-lo numa cela.

De acordo com Foucault (2015, p. 22) a lei não foi feita para todos “[...] as leis sociais são feitas por pessoas às quais elas não se destinam, mas para serem aplicadas àqueles que não a fizeram”. De certo modo, a lei foi feita para proteger a sociedade de pessoas que a prejudicam, assim são considerados os indivíduos que transgridem as leis. E a punição veio para ser aplicada àqueles que são considerados inimigos da sociedade. Sendo assim, é um inimigo e como tal deve ser tratado. Para César Barros Leal, em sua obra “Prisões, o rosto mais sombrio da justiça criminal” (2020, p. 29) os governos aliaram-se à sociedade [...] e “criaram um monstro de muitas cabeças e agora não sabem o que fazer”. Os problemas são muitos e complexos. Tem-se dificuldade em criar espaços que possam refletir um pouco de humanidade, onde esses sujeitos paguem por seus crimes, mas tenham a oportunidade de aprendizados diversos que possibilitem a eles voltarem ao convívio social tendo oportunidades de refazerem ou até construir uma nova história.

Portanto, a prisão tanto pune quanto afasta as pessoas e torna-se uma marca que perseguirá esses sujeitos para o resto da vida. Aqui não há referência apenas ao papel que registra a passagem pelo sistema prisional, comparado a um documento de identidade, mas também na visão do outro, na visão do semelhante que está aqui fora e que transfere para si, sem nenhum critério, o poder do julgamento. Graciliano Ramos, em Memórias do cárcere (2020, p. 37, 38) relata como a prisão anula o prisioneiro, por mantê-lo afastado das informações e levá-lo de um lado para outro. Para ele “Condenaram-no antes do julgamento, e nada compensa o horrível dano”. Logo, ao adentrar na prisão, mesmo que seja provisoriamente, já tem início a “despersonalização”. Nesse momento ele começa a perder sua identidade e dá início ao nascimento do preso o qual é um ser humano que, a partir dali, tem apenas deveres, perdendo todos os seus direitos, pelo fato de estar enclausurado. É como se ele mudasse para uma comunidade independente que cria suas próprias leis, baseando-se apenas nos critérios de quem comanda o espaço, do maioral que, no caso, pode ser a justiça e/ou servidores da instituição.

2.8 Contexto Prisional Brasileiro e Remição de Pena

A prisão surgiu para substituir a punição por marcação, constituindo-se dentro de uma política igualitária. [...] melhor que a multa, ela é o castigo “igualitário” (FOUCAULT, 2015, VIGIAR E PUNIR, p. 224). Definir tempo como pagamento de uma transgressão onde a liberdade é considerada um bem maior e, de forma geral, um bem que pertence a todos, faz com que a detenção seja justa aos olhos de quem julga, tornando-se uma ferramenta jurídica, mas também transferindo para a sociedade uma parcela desse poder legal.

Foucault (2015, p. 57) discute essa transferência de poder em seus manuscritos, e explica que essa punição tem como maior interessada a sociedade, e que a tática da punição tem o objetivo de proteger a sociedade, sendo que cabe a ela dizer se foi ou não lesada. Desse modo, observa-se uma punição direta, sendo feita pelos próprios cidadãos quando eles pegam para si, individualmente e coletivamente, a prática do julgamento que fazem por meio da exclusão nos espaços, dos preconceitos por meio de palavras ou mesmo atitudes ao sujeito que saiu da prisão após pagar por seus crimes, ou que está aguardando julgamento em liberdade.

Para que as penas sejam aplicadas de forma justa e a sociedade não seja a responsável pela aplicação das sanções, mesmo que de forma indireta, é necessário que o Estado reveja seu papel e assuma sua função estabelecendo políticas públicas não somente para punir, mas para punir de forma humanizada, levando sempre em consideração que os punidos são seres humanos detentores não apenas de deveres, mas também de direitos. Nesse sentido, é preciso trabalhar essa política do encarceramento de forma que a prisão não seja um peso no passado desses indivíduos.

Por outro lado, as condições a que são submetidas as pessoas presas, a superlotação, falta de higiene e tudo mais que está envolvido deixam marcas difíceis de apagar. E muitas vezes, devido a esse estigma, as perspectivas de uma vida melhor extramuros se tornam distantes, podendo ser mais um dos motivos que leva esses sujeitos a voltarem para o crime, elevando assim a estatística da reincidência.

Geralmente, eles se encontram abandonados pelo Estado, são jogados em locais onde a luta principal é pela sobrevivência, desrespeitando ao princípio fundamental da dignidade do ser humano, contido no art. 1º da Constituição Federal. Nesse sentido, Leal pondera que:

Uma política criminal não pode ser somente reativa; ela não se mede por mais prisões, mais punições, mais policiais e leis mais severas; é fundamental uma política social e, para ser plenamente eficaz voltar-se também para a economia, a educação e a

saúde. Prioridade e estratégia são palavras chave neste processo e exigem para sua concretude um investimento massivo, material e humano (LEAL, 2020, p. 48).

De acordo com o relatório do INFOPEN (2019), que apresenta um retrato das prisões no Brasil, a situação carcerária é uma das complexas questões da realidade brasileira, um desafio para o sistema de justiça penal, para a política criminal e a política de segurança pública. É válido ressaltar que o equacionamento desses problemas exige, fundamentalmente, o envolvimento dos três Poderes da República (Legislativo, Executivo e Judiciário), e também da sociedade civil.⁹

A população prisional no Brasil é de 748.009, excluindo presos em delegacias. O total é de 755.274. Comparando os anos de 2018 e 2019, houve redução na taxa de crescimento populacional, que era de 2,97% e passou para 1,49%. Houve redução também de presos provisórios, de 35,06% para 30,43%.¹⁰

Martins (1997) trata em seu livro *Exclusão e desigualdade*, sobre o conceito que se dá ao termo exclusão. Reflete que as desigualdades sociais estão se tornando mais intensas com o tempo e o governo usa o encarceramento como forma de punição excluindo da sociedade os menos favorecidos.

E ainda, falta espaço, estrutura física e profissionais capacitados para atuar nessas temáticas. No entanto, quando se tenta tratar, estudar ou pesquisar sobre esse assunto surgem os opositores, que muitas vezes são servidores da própria instituição penal, que não acreditam na educação como um instrumento de ressocialização. E mais grave ainda é que esses sujeitos não acreditam na transformação do ser humano.

Os órgãos institucionais tentam, mesmo com uma “falsa generosidade”, segundo Freire (2021), estabelecer políticas que amenizem o tempo que o sujeito passa na prisão. O Conselho Nacional de Justiça aprovou a regulamentação da remição por estudo. Desse modo, o apenado pode usar o processo de leitura na prisão para reduzir a quantidade de dias preso, sendo reduzidos quatro dias da pena por obra lida. A comprovação se dá por meio de um Relatório de Leitura que será avaliado pela Vara de Execuções Penais ou Comissão de Validação. Consideramos essa ação uma boa tentativa de incentivo à educação e à leitura. É necessário

⁹ Dados obtidos no site do Depen em 25 de agosto de 2021.

¹⁰ Dados obtidos no site do Depen em 25 de agosto de 2021.

apenas, que essa ação tenha um acompanhamento mais sistemático para que os resultados sejam melhores aproveitados em prol do sujeito preso, tanto dentro como fora da prisão.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1 A Pesquisa

Devido à pandemia, de início, todas as conversas com os possíveis entrevistados para solicitação de participação na pesquisa foram feitas pelo *WhatsApp*. Procurou-se sempre deixá-los cientes que a ajuda deles seria essencial para o bom andamento da pesquisa até o resultado final. O primeiro a ser contatado foi o mineiro. Sempre muito educado, se mostrou à disposição para ajudar no que fosse possível. Num segundo contato, meses depois, Mineiro mais uma vez demonstrou disposição em contribuir. Avisou apenas que sempre enviaria áudio, pois o trabalho dele era “meio puxado, meio *extravagoso*”, o que deixou a pesquisadora bastante feliz por ele estar trabalhando¹¹, pois em uma outra conversa ele relatou a dificuldade em encontrar emprego, principalmente na profissão anterior, de carreteiro¹², devido a sua condição de ex-presidiário. Em suas palavras, ainda disse que teria muito prazer em participar de cada momento e se sentia muito “orgulhoso em participar, pois disse que adora isso, ama”.

O segundo a ser contatado foi o palmeirense. Este afirmou que se foi a Aline que passou seu contato, então, ele estava disposto a contribuir também, tornando-se mais um a se colocar à disposição. O terceiro foi o Maranhense. A mensagem não foi visualizada de início. Mas logo que tomou conhecimento da pesquisa também se mostrou disposto a contribuir. O quarto colaborador com quem a pesquisadora entrou em contato foi o Tocantinense, que também se mostrou disposto, assim como os outros a contribuir. De início, a pergunta que não tinha resposta era se eles estavam com tanta disposição para participar seria pelo carinho que sentiam pela prof.^a Aline ou mesmo pelos resultados obtidos quando participaram do projeto Clube dos Livres. Essa resposta estava ainda por vir. Mas o trabalho foi dando andamento.

É imprescindível a este estudo a compreensão deste espaço de leitura, não somente com ideias de autores, mas dos próprios detentos, para se entender o que o clube dos livres representam na sua vida. Segue abaixo, no quadro, reflexões de detentos que participaram da pesquisa e vivenciaram o clube dos livres, o estar aprisionado e a importância da leitura na prisão.

¹¹ No dia da entrevista, Mineiro já estava no segundo emprego desde nosso primeiro contato e se organizando para já sair do segundo.

¹² Algumas empresas não contratam os caminhoneiros que têm ficha policial.

Quadro 1 – Reflexões dos detentos sobre a importância da leitura na prisão

Maranhense	<i>Na prisão não se tem vontade, ela cumpre um papel. E até o que se espera de cada um lá dentro é algo programado. [...] a leitura e a escrita têm essa carga de ato de resistência, pois por mais que a cadeia tenta desumanizar, isolar do mundo ou silenciar de alguma forma, também de alguma forma a escrita te dá voz e a leitura te conecta com aquilo que se tenta isolar. A escrita tem o poder de comunicar e a leitura tem o poder de continuar falando, mas o falar que não incomodava, mas que te permitia continuar falando.</i>
Palmeirense	<i>Estávamos abertos para conhecer outros espaços através da leitura de uma forma que não é tão alarmante no sentido de que pode atrapalhar, por exemplo, a ideia de desumanização da cadeia, pois a pessoa está presa. O direito à educação é para todos e independentemente do local, mas as pessoas não estão interessadas em ir para um espaço como aquele para garantir esse direito. E quando existe alguém como Aline que pensou em todo esse projeto, as pessoas põem tanto descrédito que a ideia não vá pra frente e ficam esperando tudo se desmanchar.</i>
Tocantinense	<i>A prisão só ensina você a voltar pra lá. Mas a forma como as pessoas ali foram tocadas com a leitura e a escrita e essas muito atentas com a realidade, teve esse alcance. A leitura manteve esse contato de ir e vir sem sair do lugar. Ela permitiu também transitar em outros espaços. Na cadeia só se fala sim senhor e não senhor. É uma fala muito mecânica”.</i>
Mineiro	<i>Quando se é preso, somente aquela realidade é a que existe. Mas a leitura abre esses outros universos, esses outros espaços. E a escrita te dá voz, uma voz que não é silenciosa, mas que não incomoda tanto assim no sentido de que ela comunica.</i>

Fonte: Da autora

A partir das falas dos detentos que participaram do Clube livre, é importante destacar, o que esse projeto significou na vida deles. Como em mencionado por Lima e Barbosa (2019), “o professor é responsável e participante ativo no processo educativo, contribuindo não apenas para a socialização dos alunos inclusos...”, mas é importante destacar com isso, que em todo o processo de desenvolvimento educacional, em hipóteses alguma, pode acontecer de privá-los da aprendizagem, seja ela em sistema abertos ou fechados (prisões).

É importante ainda destacar pelas falas dos participantes, que o projeto em sua vida, não foi apenas a sua participação para remição da pena, mas as leituras e escritas nas suas vidas constituíram-se de experiências dotadas de significação na vida desses sujeitos.

Em março de 2020, devido à pandemia de Covid-19, as atividades foram reformuladas para o formato remoto dando origem ao projeto “Bibliotecas Ambulantes”, desenvolvido até o final de 2020. Em 2021, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, o projeto foi novamente reformulado, agora para uma proposta envolvendo troca de cartas, que foi denominada de “Entre-nós: cartas, palavras e conversas”. Atualmente, por mudança de direção, o projeto não está sendo mais desenvolvido na Unidade Penal, e os motivos são vários, porém, não vou aqui relatá-los, pois geraria um outro objeto de estudo.

Após algumas etapas vencidas, partimos para a organização das entrevistas. Visto estar em uma pandemia, seria necessário ver a melhor forma de entrar em contato com todos para realizar o referido procedimento metodológico. Para alguns, como o mineiro, por exemplo, o áudio era a melhor forma. Então, seria necessário organizar algumas estratégias para colher as informações sem colocar em risco a vida de ninguém, mas também não deixar de captar, nas entrevistas online, os sentimentos dos participantes. Então, foi proposta a realização dessa etapa por meio de videochamada ou *Google Meet*, mas sempre os deixando bem à vontade para escolherem a melhor estratégia.

Feito isso, na primeira visita feita à Unidade, a gestão estava com outro servidor. Observou-se, naquele momento, que a porta da sala da Direção ficava aberta, com trânsito livre tanto para os servidores, bem como para os presos que ali estavam realizando alguma tarefa. Na ocasião foi possível até conversar com um deles que já adiantou sobre a sua satisfação em estar participando do projeto “Clube dos Livres”, que à época ainda estava acontecendo na Unidade.

A conversa com o Diretor foi muito esclarecedora. Foi possível perceber o seu envolvimento no projeto e sua satisfação na execução do trabalho na Unidade Penal. Ele salientou que inúmeras foram as tentativas de várias pessoas e organizações em adentrar na prisão para realizar alguma atividade com os privados de liberdade, várias organizações religiosas, que ele cita, inclusive, mas que nenhuma deu continuidade ao trabalho. Esse foi um dos diferenciais do projeto desenvolvido ali, em parceria com a Universidade Federal. Ele deixa bem claro todo o respeito e admiração que tem pela Professora Aline e de como abraçou a causa desse projeto assim que a ouviu pela primeira vez.

Foram duas visitas feitas à Unidade Penal antes do início da pesquisa, uma quando da construção do projeto e houve a necessidade de uma conversa da pesquisadora com o Diretor da Unidade para saber da possibilidade de pesquisar naquele espaço. E outra quando saiu o resultado de aprovação no mestrado. Nas duas ocasiões, houve o sentimento de que teria todo o apoio necessário para a realização da pesquisa naquele espaço considerado hostil por muitos.

Na terceira visita o projeto já estava em andamento e precisávamos da autorização escrita para adentrar no espaço para colher material. Todavia, havia mudado a gestão. Algumas mudanças foram observadas ainda do lado de fora, como o muro e porta principal trancada, sendo possível a entrada apenas após o anúncio da chegada por meio de interfone. Uma servidora recebeu a pesquisadora, que solicitou que aguardasse ali mesmo na recepção, mas não sem antes perguntar o motivo da visita. Em seguida, vieram dois policiais que se apresentaram nominalmente e também perguntaram o objetivo da visita. Houve um pouco de intimidação, talvez porque ainda não eram conhecidos ou até mesmo pelas mudanças estruturais feitas na Unidade desde a última visita. A conversa aconteceu ali mesmo na recepção. Explicou-se sobre a pesquisa e foi mostrado o Termo de Anuência o qual precisava da assinatura. Após a leitura do documento, foram feitas algumas perguntas sobre o documento, como quem tinha redigido, se era um documento padrão, questionaram sobre eles não poderem assinar visto que quem estava na época do desenvolvimento do projeto não eram eles. Foi explicado que devido a isso as entrevistas seriam com o antigo Diretor, mas que precisava de autorização para adentrar no espaço, quando fosse necessário para o desenvolvimento do trabalho. Após algumas tratativas e esclarecimentos, a assinatura foi conseguida. Quando falado que a pesquisa envolveria apenas os egressos, perguntaram se teria contato pessoalmente e se tinha conhecimento dos crimes pelos quais haviam sido condenados. Nesse momento, deram o primeiro material para a pesquisa, mesmo sem perceberem, pois mostraram todo o preconceito existente ali referentes aos sujeitos que por ali passaram e agora estão tentando (re)construir suas vidas aqui fora. Deixaram estampado também que não acreditam na ressocialização desses seres humanos após deixarem aquele espaço excludor. Após essa primeira advertência, foi explicado que, devido à pandemia, o contato com eles seria online. O que bem pareceu, os deixou “aliviados”.

Após algumas leituras teóricas, foi organizado um cronograma para realização das entrevistas. Foi realizada uma entrevista com cada participante. Mas nesse meio tempo, foram estabelecidas conversas via *WhatsApp* sempre que algo precisava ser esclarecido ou pontuado. Mesmo que já estivesse sendo desenvolvido diálogos, a pesquisadora sempre se apresentava,

falava sobre o objetivo da pesquisa e lia o TCLE para que ficassem cientes dos seus direitos e deveres no decorrer do trabalho. Todos ouviam com muita atenção e em nenhum momento demonstravam receio com o trabalho. Foram muito receptivos desde a primeira conversa, falavam do projeto com muita alegria e contavam casos que viveram nos momentos dos debates que faziam a cada leitura.

3.2 A Leitura como Expressão de Liberdade e Formação de Identidade

Discutir leitura no contexto prisional é abrir portas para vários sonhos e possibilidades, é acreditar que a educação é capaz de transformar a vida das pessoas, mesmo que seja em locais nada favoráveis ao aprendizado. É também acreditar no potencial do ser humano, mesmo quando suas forças estão se esvaindo e sua dignidade está no nível mais baixo.

Neste capítulo, discute-se o papel da leitura e da escrita na vida de pessoas que estão desacreditadas por elas mesmas e pelos outros, visto terem saído de um ambiente totalmente hostil e excludor, onde o objetivo principal é a punição daqueles que ofenderam a sociedade deixando a desprotegida de segurança e, muitas vezes, até de seus valores.

Após se estudar a importância da leitura inserida num processo de educação discutiremos se essa experiência com leitura está potencializando a (re)construção de identidades, para além das atribuídas pelo senso comum de bandido e delinquente.

Em outras palavras, ao fazermos referência à ideia de (re) construção de identidades, estamos nos referindo às possibilidades outras de construção de sentidos a partir daquilo que a sociedade nos impõe como verdade a partir do sistema prisional. Assim, o senso comum nos serve como ponto de partida no sentido de que nos colocamos a desconstruí-lo na medida em que problematizamos as condições relacionais no cárcere. Portanto, questionamos o olhar segregador a partir da figura do preso, socialmente colocado à margem, enquanto sinônimo de perigo social.

Essa pesquisa dialoga com autores que discutem a temática acerca da educação em espaços prisionais, tais como: Campos (2019), Campos e Silva (2020), Onofre e Julião (2013), Ribeiro (2012) e autores que discutem identidade tais como: Ewald e Soares (2007), Tadeu (2000), Hall (2006), Foucault (2015) Maciel e Berbel (2015), Bauman (2021) Goffman (1993, 1963), dentre outros que se fizeram necessários.

Ler na prisão pode ser uma das experiências mais ricas na vida de uma pessoa que não teve acesso aos livros enquanto estava livre. Apesar de estar preso, limitado dentro de um

espaço pequeno e sem estrutura alguma, a pessoa que se apropria da leitura dentro da prisão vivencia momentos de lazer e conhecimento, pois ela passa a preencher o tempo com as histórias que lê e se motiva a fazer melhorias na vida quando for libertado. Claro que isso não acontece com todos os que participam de ações educativas na prisão. Por outro lado, nas entrevistas com os quatro colaboradores, percebeu-se, pelas falas e atitudes, o quanto participar de um projeto educativo enquanto privado de liberdade teve efeito positivo na vida aqui fora.

Excerto 1:

A gente vê também as pessoas uma metáfora de que livros são como janelas. E aí eu acho que janelas ou asas. Eu acho que nesse espaço, por ser um espaço limitado ali, a gente não tem muito para onde ir. Não tem muito com quem conversar. O tamanho das nossas possibilidades de relação, assim que eu falo, é de conversar, fato de troca de ideia, porque a gente, a gente é esse ser sociável, esse de viver em sociedade que necessita do outro de alguma forma. E aí, com a prisão, e não tanto fisicamente como as relações, a gente está limitado aos agentes e aos outros sistemas. E os livros, essa possibilidade de dialogar com outras atmosferas ou os personagens deles assumem a posição de um próximo. O contexto em que ele está vivendo, a história se passa ou o livro se passa com mais do que pode ser a gente. A gente lê. A gente sempre tem esse movimento com a leitura dele, que é o que dá o sentido na leitura de ler aqui alguma coisa e tentar aproximar da gente de alguma forma. E aí essa aproximação pode ser possível, ou então talvez não seja possível. Mas é um outro espaço que a gente vai e vai ocupando. Um fato é a importância da leitura nesse espaço. Acho que é muito isso que é pela da prisão ter essa característica de reduzir a humanidade (Maranhense, entrevista realizada em 18/04/2022).

Refletindo sobre o excerto 1, de alguém que seguiu procedimentos fora do padrão social e, por isso, sua liberdade foi ceifada, procurou-se nas entrevistas descobrir o valor que esse contato com os livros teve na vida deles. O que se percebe é que os livros são vistos como “asas”, porque ajudam os presos na ideia de liberdade, que tanto faz falta no contexto prisional. Apesar dos outros também saberem que a educação é importante na vida de todo cidadão, não puderam exercer esse direito devido às outras necessidades que a vida lhes impôs.

Mas foi na prisão que eles tiveram acesso a esse direito à educação. Foi na prisão que se sentiram valorizados por meio da educação e que foram vistos como seres humanos. Esse direito à educação não foi levado a eles pelo sistema penal, mas pelo sistema educativo, uma vez que a iniciativa de leitura perpassa pela ideia de educação não formal, disseminada pelas políticas públicas recentes. A universidade entrou na cadeia e começou a fazer diferença na vida de cada um deles. Alguns saíram com muita expectativa em relação aos estudos e dispostos a não retornarem para a vida do crime.

Por fim, no excerto em destaque, é possível considerar que a leitura envolve o preso de modo a induzi-lo a construir um universo imaginário. Este universo, por sua vez, pode

apresentar características que se aproximam ao mundo que o detento gostaria de viver. Isso, por sua vez, torna-se uma sensação de bom grado por parte do leitor, que se rende à imaginação incentivada pela leitura, o que lhe confere uma sensibilidade criativa (SANTOS, 2019).

3.3 Sentidos e Significados Atribuídos à Leitura na Prisão

Ler e escrever é um direito de todo cidadão. Nesse sentido, firma-se o compromisso de fazer cumprir esse direito, mesmo em ambientes excludores. A prisão, com toda a sua configuração de lugar onde as pessoas são classificadas como não tendo mais jeito ou desmerecedoras de qualquer crédito, pode tornar-se um espaço onde a leitura e a escrita terão a missão de ser instrumento capaz de possibilitar mudanças significativas no indivíduo que ali está. Promover a leitura num espaço cercado de estigmas e sem nenhum compromisso com a educação é bastante desafiador, porém necessário para fazer valer um direito que lhes é tirado no momento em que perdem também um bem da maior importância: a liberdade.

Pensando nesse público que se encontra à margem da sociedade, o projeto “Clube dos Livres” teve também a missão de mostrar, aos sujeitos que ali estavam, que eram detentores de um direito que ninguém pode tomar: o direito à educação. Além disso, ler na prisão tornou-se uma distração e um passatempo para esses indivíduos que ocupavam o tempo apenas com artesanato, sendo ensinados pelos companheiros que lá já estavam, conforme relatado nas entrevistas. A leitura, ao mesmo tempo em que os levou para o mundo externo, no imaginário, também possibilitou a construção de saberes e conhecimentos que contribuíram para a sua formação. A leitura tem esse poder não só de aumentar o vocabulário, mas [...] de “tornar uma pessoa mais interessante e mais bem aceita socialmente” (MARIA, 2016, p. 133).

Nas conversas com os entrevistados, foi possível constatar que dos quatro que participaram da pesquisa, apenas um avançou nos estudos, estando na Universidade quando foi preso. Os outros três tinham pais analfabetos e que não tiveram acesso à educação. E dois tiveram que largar o estudo devido à necessidade de trabalhar, mesmo que ainda crianças.

Alguns relatos mostram o quanto esse espaço propiciado à leitura e à escrita dentro da prisão foi importante para que eles tivessem outros olhares. O objetivo era saber se o ato de ler na prisão contribuiu para que eles se vissem diferentes.

Com o tema “*Caracterizar o perfil de escolaridade e experiências com leitura dos privados de liberdade*”, foi necessário buscar informações sobre a escolaridade de cada um e tentar entender se a defasagem na escolaridade contribuiu para a entrada no crime. Entretanto,

independentemente do motivo que levou esse sujeito ao delito e, conseqüentemente, ao encarceramento, seus direitos continuam, e como já mencionado, o direito à educação é imprescindível.

Arbage e Vasconcelos apud Arbage (2019) defendem que:

O indivíduo que se encontra em privação de liberdade é um sujeito de Direitos e ainda que tenha cometido um crime, não deixa de integrar a sociedade, tampouco perdeu suas capacidades físicas e intelectuais. Quando se pensa e defende a educação em espaços de restrição de liberdade, é sabido que se trata de um processo complicado de se concretizar, seja pelo preconceito ou pela própria visão que se tem do sistema carcerário, exigindo-se a elaboração e implementação de políticas públicas que possibilitem efetivamente colaborar com a formação de qualidade do apenado para o trabalho, como condição de melhoria de sua vida e de diminuição de reincidência no cometimento de crimes (ARBAGE, 2019, p. 92).

Desse modo, além das políticas públicas, extremamente necessárias para o bom desenvolvimento da educação dentro da prisão, faz-se necessário também que agentes penitenciários, sociedade em geral e até educadores desconstruam a ideia de que o sujeito que está privado de sua liberdade é um bandido e assim sempre vai ser. Não se pode generalizar, pelo contrário, é preciso acolher esses sujeitos, descobrir as suas particularidades, suas deficiências e suas necessidades. Ao visitar a Unidade Penal e ouvir alguns relatos de presos, observou-se que muitos estão doentes emocionalmente. Muitos enfrentam também dores físicas e são jogados numa cela sem assistência adequada à saúde.

Ao fazer a análise das falas dos entrevistados, é perceptível a desigualdade presente nas famílias brasileiras. Um dos motivos que leva muitos a parar os estudos é simplesmente a necessidade do sustento. Preso não tem jeito, adicionado ao não incentivo dos pais para a leitura, mesmo porque muitos também não tiveram contato com a educação.

Tem-se, então, as seguintes falas:

Excerto 2

Até meus amigos que são lá de Minas fizeram esse comentário, depois que eles me acharam, aí colocaram no grupo, eles vem no PV e elogia: “Cara, você mudou demais”, o jeito da gente conversar, muda a educação também, da gente tratar as pessoas, a paciência também que eu não tinha de jeito nenhum. Eu mudei, não vou falar cem por cento não, mas quase. (Mineiro, entrevista realizada em 18/04/2022).

De acordo com o excerto acima, o detento reforça que mudou o seu jeito de falar muito em função das leituras que desenvolveu durante o projeto que faz parte. De acordo com ele, as pessoas que o conhecem de outros momentos percebem esta mudança, de modo a render-lhe elogios em razão de um comportamento linguístico que passara a ter.

Nesse sentido, tem-se a ideia de leitura enquanto instrumento de refinamento social. Não refinamento no sentido pejorativo do termo, mas no sentido de desenvolvimento das habilidades linguísticas de fala. Entende-se, nesse caso, que quanto mais leitura, mais conhecimento dos mecanismos da língua, ajudando no momento da sua articulação (ARBAGE, 2019).

Excerto 3

Proporcionou novas perspectivas, pois não tinha mais intenção de voltar a estudar. E participando da educação formal e do projeto, veio a vontade de continuar estudando. (Palmeirenses, entrevista realizada em 23/04/2022).

De acordo com o excerto 3, a leitura despertou o desejo do participante a voltar a estudar. Ainda conforme o Palmeirenses, estar engajado na educação formal não era algo que estava incluído em seus planos, mas como o projeto de leitura o incentivou a pensar em novas possibilidades, o engajamento na educação formal passou a estar entre suas prioridades.

Nesse caso, é possível identificar a leitura claramente como instrumento de inserção social. Isso porque passa a ser representada como medida capaz de colaborar em práticas de letramento do participante da pesquisa, as quais encontram-se fora do ambiente prisional (CAMPOS, 2019).

Quando perguntado para Palmeirenses. qual era a sua perspectiva ao sair da prisão, antes de participar do projeto, ele responde que se contasse os seus planos a pesquisadora se assustaria. Nesse momento, foi dada abertura para que ficasse a vontade para responder, caso quisesse. Ele responde:

Excerto 4

O objetivo era voltar para a prisão, que tinha na cabeça fazer algo para voltar para lá (Palmeirenses, entrevista realizada em 23/04/2022).

De acordo com o excerto 4, havia uma pré-intenção de voltar para a prisão antes do participante de pesquisa conhecer a proposta do Clube de Leitura. Isso, por sua vez, predominou na cabeça do participante até ter uma relação mais próxima com a leitura.

Nesse caso, é possível entender o poder de persuasão e transformação social apontado pela leitura, que se desenvolve como uma espécie de “melhor amiga” do falante. Assim, o ato de ler passa a ser entendido como algo político, visto que colabora na construção de ideias sobre o mundo e sobre si mesmo (CAMPOS; SILVA, 2020).

Ao perguntar para Palmeirense se o projeto Clube dos Livres contribuiu de alguma forma com o seu retorno à sociedade lá fora, sua resposta foi:

Excerto 5

[...] projeto fez com que eu esteja em liberdade e também deu oportunidade para outras pessoas estarem respirando, pois se não fosse a participação no projeto e a temática que ele trouxe, não estaríamos tendo esta conversa, pois eu não estaria aqui na minha casa. A educação transforma o ser humano, aí você que sabe por onde quer seguir (Palmeirense, entrevista realizada em 23/04/2022).

De acordo com o excerto 5, a educação passa a ser entendida como medida essencial à transformação humana, considerando a mudança de vida proporcionada ao participante da pesquisa, também reconhecida por ele. Ainda no fragmento, o Palmeirense admite a importância do projeto de leitura em sua vida, pois teria permitido seu engajamento na sociedade pós-aprisionamento.

Isso evidencia o potencial socializador da leitura, por meio da qual a vida das pessoas pode mudar. Esse olhar acerca da leitura confere à educação potencial reagregador, uma vez que é possível mudar a vida das pessoas por intermédio da leitura (DAVIS, 2020).

Em seguida, foi perguntado como cada um quer ser visto aqui fora, após passar por um processo educativo na prisão. Mineiro respondeu:

Excerto 6

Tá certo né que foi preso, saiu é bandido, assim na língua da maioria do pessoal. Eu queria ser visto diferente. Será que o povo só viu eu indo preso? Tem dois anos que eu tô aqui, será que não viram eu trabalhando cada dia desses dois anos? Fez dois anos dia 29 de dezembro, fez dois anos que eu tô livre e até hoje, graças a Deus, polícia nem olhou pro meu lado. E eu só trabalhando, trabalhando mesmo. Trabalhei na borracharia...mais ou menos uns oito meses, sozinho, dia e noite, vinte e quatro (24) horas, dava aqueles cochilos, serviço chegava eu levantava. Então, eu queria que a sociedade visse isso, sabe, o cara saiu e foi roubar de novo, aí sim, esse cara aí não pode tá no meio de nós. Mas e o cara que saiu e foi trabalhar, é preocupado com os filhos, que quer tá junto deles e não pode¹³, e sofre com isso [...] (Mineiro, entrevista realizada em 18/04/2022).

De acordo com o excerto 6, é difícil a vida de um (ex) detento, pois, na visão da maioria das pessoas, alguém com passagem pela prisão sofre estereótipos de bandido sem muito direito a se explicar. O participante relata episódio de se sentir sozinho em razão disso, faltando-lhe oportunidade de socialização.

¹³ Mineiro é natural de Uberlândia-MG. Não pode retornar para a sua cidade porque o seu processo ainda está em andamento e precisa se apresentar mensalmente no Fórum para assinatura, devido estar em liberdade condicional.

As identidades no meio prisional são construídas a partir deste movimento lacônico, mencionado acima. Isso porque, pelo olhar do senso comum, há uma generalização das identidades, o que culmina na discriminação generalizada das pessoas que passaram pelo sistema prisional (GOFFMAN, 2021).

Ainda de acordo com Goffman (2021), é típico do senso comum desenvolver uma ideia a partir do princípio da generalização, uma vez que o ato de uniformizar as práticas humanas é uma das suas características mais latentes. Desse modo, é muito frequente a ideia geral das práticas sociais a partir de casos isolados e específicos. No contexto prisional, existe uma gama de estereótipos alimentados pelo senso comum, os quais acabam periferizando a figura do preso em relação às demais pessoas que não passaram pela experiência do cárcere.

Petit (2013) na obra intitulada “Leituras: do espaço íntimo ao espaço público” descreve a importância da leitura e como ela pode trazer sentido na vida das pessoas. Assim, há uma referência à vida em seu aspecto mais cotidiano, entendendo-a como prática associada à leitura, uma vez que o ser humano está imerso a diferentes práticas de leitura a todo o momento.

Nas conversas com os participantes do Clube dos Livres, é perceptível o significado que a leitura, mesmo num espaço nada acolhedor, trouxe para suas vidas. Fazer parte desse mundo leitor, que para muitos era algo inatingível, os fez ver a vida com outros olhos, outras perspectivas.

Observou-se, no desenvolvimento da pesquisa, que são poucos os estudos que buscam investigar sobre a identidade de indivíduos que passaram por um processo de privação de liberdade. A experiência educativa desenvolvida na Unidade Penal de Tocantinópolis já foi alvo de análise de cinco trabalhos de conclusão de curso. Sousa (2019) buscou compreender os significados atribuídos pelos agentes penitenciários – atualmente denominados Policiais Penais – para a existência de atividades educativas na unidade prisional.

Nessa mesma linha, Silva (2019), por sua vez, teve como foco a problematização das prisões como espaço para atuação de pedagogos. E Silva (2021) partiu da discussão de representação social. Faltava, contudo, compreender o impacto da experiência na identidade do sujeito aprisionado que participou de ações educativas enquanto preso. Os estudos existentes apontam para atividades pedagógicas apenas, mostrando resultados que vão impactá-los enquanto estudantes da rede pública, mesmo estando encarcerados. Sendo assim, procurou-se abordar perspectivas direcionadas ao sujeito enquanto ser humano, mostrando o seu lugar na sociedade e seu retorno ao meio social.

Percebeu-se toda essa frieza e desumanização nas visitas feitas à unidade Penal. Esta investigação, como mencionado no início, não teve como objetivo adentrar na vida jurídica dos que ali estavam, saber seus delitos, tempo de prisão, se estavam em condicional ou com processo tramitado. Em alguns momentos, nas conversas, falavam sobre algo, mas esse assunto não foi aprofundado. Sempre teve-se o cuidado de não os deixar constrangidos em momento algum. Dois deles eram bem falantes e comentavam alguma coisa sobre seu processo, enquanto que um falava apenas o que lhe era perguntado, talvez por vergonha ou mesmo por timidez. Mas percebe-se em todas as falas o quanto o espaço prisional deixa feridas. Maranhense, um dos sobreviventes entrevistados diz que *a prisão tem essa característica de reduzir a humanidade*. E ainda acrescenta:

Exceto 7

[...] eu entendi que a prisão tem para manter o controle das pessoas que estão lá dentro. Se a cadeia tem o objetivo de desumanizar, de tirar essa carga. Assim, porque quando a gente entra lá, a gente não sai mais [...] a gente chega lá e a gente transforma muito. E simplesmente a gente não tem esse poder de questionar [...] de agir como a gente agia aqui fora, porque a gente está lá para ser reeducado, ressocializado, como dizem, entre aspas (Maranhense, 22/06/2022).

De acordo com o excerto 7, a prisão “desumaniza” o homem no sentido de que a restrição das suas relações provoca diferentes sensações no detento. A primeira delas, conforme o participante, a ausência do poder do questionamento, uma vez que não se pode questionar as decisões no sistema prisional.

Nesse caso, mais uma vez a leitura aparece como instrumento transformador. Isso porque, por meio da leitura, é possível desenvolver o senso crítico e, com isso, desenvolver também o poder argumentativo e contra argumentativo da linguagem, uma vez que ler progride o olhar curioso das pessoas (PETIT, 2013).

As histórias de homens que viveram essas experiências dentro da prisão mostram que vale a pena investir no ser humano enquanto cidadão. Vale a pena dar espaço para que cada um encontre seu lugar em cada espaço que ele quiser, mesmo quando não se acredita mais em nada e o futuro que se apresenta é um tanto sombrio.

Para o senso comum, os sujeitos privados de liberdade carregam consigo identidades pejorativas ou, como Goffman (2021) bem discute, identidades estigmatizadas. Para o autor, os indivíduos sofrem um controle social por parte da sociedade, e esse estigma é tratado como um desvio que os impossibilita de pertencerem ao grupo dos “semelhantes”, por isso são chamados de presos, bandidos, meliantes, delinquentes e monstros. E, muitas vezes, tais identidades impostas anulam outras identidades, inclusive a de ser humano, o que favorece para que estas

pessoas se vejam e sintam-se excluídas. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida com quatro pessoas que participaram desse processo de enclausuramento e sobreviveram às várias situações que a eles foi imposta dentro da Unidade Penal de Tocantinópolis.

Partindo do entendimento de que a identidade de um sujeito que esteja privado de sua liberdade, constitui a forma que ele tem de se representar ou de ser reconhecido como um indivíduo que faz parte de uma sociedade, pensar na (re)construção identitária desse sujeito privado de liberdade requer, inicialmente, definir identidade. Tomaz Tadeu Silva (2000) discute sobre o termo “identidade” a partir da ideia daquilo que se é. Dessa forma, o autor compreende que o viés identitário é, por si só, autorrepresentativo, pois parte da ideia de como nos enxergamos a partir do que somos.

Nesse sentido, o que mais está envolvido quando se discute esse tema, e o que deve ser levado em consideração? Não é tarefa fácil discutir identidade, isso porque, segundo Maciel e Berbel (2015), a vida social deve ser vista como um espaço em que reinventamos nossos papéis e, com isso, nos colocamos como seres em constante movimento.

Nesse sentido, é pertinente afirmar que, quando o indivíduo está privado de liberdade, este tende a incorporar a identidade que lhe é imposta. Dessa forma, essa pergunta trouxe inquietação e nos instigou a investigar em que medida o trabalho educativo contribuiu para o processo de (re)construção da identidade desse sujeito. E se esse trabalho educativo propiciou ao sujeito maneiras de reconquistar novamente sua liberdade e buscar seu espaço na sociedade, (re)construir sua identidade que, possivelmente fora anulada quando teve sua liberdade ceifada e encontrar significado no convívio social, pois esse sujeito, muitas vezes têm que se despir de alguns traços de sua identidade tendo que se adequar ao ambiente que agora está à sua frente.

Para Ribeiro (2012, p. 82), é necessário levar em “[...] consideração que o indivíduo em situação de privação de liberdade traz, em sua memória, vivências muitas vezes negativas, de situações vividas durante a sua vida de delitos”. A autora acrescenta ainda que o sujeito social tem o trabalho como objeto de desejo, considerando, pois, que a falta de liberdade também lhe tira esse princípio.

A fala de Ribeiro (2012) é provocadora, uma vez que se acredita que esse sujeito privado de liberdade não deseja assemelhar-se a um rato, mas tem desejos, sonhos e expectativas com relação ao presente e futuro, isso em consonância com seu passado, uma vez que relacionar presente-passado-futuro é essencial ao desenvolvimento cognitivo do leitor. Isso, por sua vez, agrega concepções educativas, pois convida o leitor a construir sentidos cada vez mais verdadeiros às práticas cotidianas (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

Dessa forma, propôs-se na referida investigação, discutir essas vivências cotidianas e se a experiência com leitura, na prisão, contribuiu de alguma forma na (re)construção da identidade dos sujeitos que vivenciaram a privação de liberdade ouvidos nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou favorecer o direito à educação que tem todo ser humano, e a importância da formação do leitor dentro de um espaço excludor, desumano e sem direitos, onde as pessoas são vistas sem qualquer perspectiva de mudança.

A princípio, é necessário retomar ao problema de pesquisa, esboçado na Introdução deste trabalho, o qual pergunta: *Em que medida a leitura, como instrumento de remição de pena, contribui para a formação de leitores e a (re)construção das identidades dos sujeitos que estiveram em situação de privação de liberdade na Unidade Penal de Tocantinópolis?* Em tempo, é válido dizer que esta pergunta foi respondida quando a pesquisa aponta para a leitura enquanto ferramenta de ressocialização dos presos aos domínios sociais diferentes daqueles propostos pelo cárcere. Assim, como resposta a este problema, a leitura aparece como uma projeção social no contexto prisional, considerando seu poder de integração do detento ao mundo de possibilidades fora da cadeia.

O primeiro objetivo específico, *Discutir o conceito ampliado de leitura a partir do contexto prisional*, foi contemplado logo nos primeiros capítulos deste trabalho, quando articulou-se os conceitos trabalhados nesta pesquisa ao percurso de geração dos dados.

O mesmo foi observado em relação ao segundo objetivo específico, *Caracterizar o perfil de escolaridade e experiências com leitura dos entrevistados que estiveram em privação de liberdade*, o qual foi contemplado durante a caracterização desta pesquisa. Descrever o perfil do detento é essencial para o entendimento da maneira como este reagiu à proposta desta investigação.

Já o terceiro objetivo específico, *Identificar os significados atribuídos pelos participantes entrevistados às experiências com leituras na prisão*, foi contemplado nas análises desta Dissertação de mestrado, quando passamos a atribuir significado às falas dos participantes, as quais constituem o *corpus* deste trabalho.

Por fim, o quarto objetivo específico, *Propor estratégias de leituras a serem desenvolvidas juntamente aos sujeitos de pesquisa*, foi contemplado nesta pesquisa de maneira transversal, uma vez que ao propor tais estratégias, a ideia é que o detento se sentisse inserido nos domínios sociais que se afastou após sua prisão.

A análise da pesquisa apontou para estudos futuros que possam melhor avaliar as perspectivas apontadas pelos apenados que tiveram contato com a leitura dentro da Unidade Prisional possibilitando assim a chance de se preparar para um retorno ao convívio social. O

estudo exigiu uma investigação que buscou respostas aos anseios dos apenados que retornaram à sociedade extramuros

Os dados revelam que a participação do preso em uma atividade desta natureza contribuiu na (re)construção de sua identidade, favorecendo também a aquisição da dignidade, outrora perdida quando adentrou na prisão. As atividades desenvolvidas e as leituras oportunizadas aos detentos propiciaram um encontro com eles mesmos na identificação com os personagens.

Todavia, quando conquistam novamente a tão sonhada liberdade, a realidade extramuro é um tanto desafiadora, pois passam a enfrentar o julgamento da sociedade. E a reincidência muitas vezes acontece, porque o sujeito sai e não consegue se inserir no convívio social, devido à dificuldade em conseguir emprego e as limitações que o egresso já carrega e o preconceito a que é submetido quando está em liberdade.

Portanto, o desejo é que, após a leitura desse trabalho, surjam novas possibilidades para esses quatro cidadãos que colaboraram com a pesquisa, bem como para todos aqueles que sentem-se excluídos de alguma forma por uma sociedade estruturalmente resistente aos direitos humanos, pois o que se observa é que alguns detentos, enquanto presos, prometem a si mesmos que irão fazer mudanças na vida, sair do mundo do crime tornando-se cidadãos cumpridores de lei, cidadãos de bem e produtivos na sociedade.

Assim, entender as diferentes (re)contextualizações em novas histórias, em novas maneiras de dizer seus anseios e perspectivas, tornam-se novas interpretações, novas memórias. Pois, todo o processo que envolve homens em cárceres privados e a leitura, nos remete a ideia de que olhar para as pequenas histórias, para os detalhes do nosso cotidiano, é conhecer a nós mesmos, é poder descobrir novas formas de ser, conosco mesmo e com o outro.

O que está em jogo, é o constante rememorar das experiências, que permite novas expectativas e maior capacidade de compreensão de si para com o outro. O desenvolvimento deste trabalho teve um papel primordial na reconstrução da identidade, seja ela prisional ou mesmo livre. Se (re)construir a partir da leitura, vai além de sonhos e projetos. O poder da leitura partilhou, com os detentos da Unidade prisional de Tocantinópolis, um encontro com saberes, antes privados, mas que aguçou a liberdade, que antes era apenas contada em dias e noites, mas que os livros lhe alicerçaram no prazeroso mundo da leitura.

REFERÊNCIAS

- APPIAH, K. A. **Identidade**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.
- ARBAGE, L. A. **Educação em unidades prisionais: aspectos político-criminal**. São Paulo: Editora Appris, 2019.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BAUMAN, Z. **Vida para o Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**, tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BRANDÃO, C. R. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República, Casa Civil, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm Acesso em: 15 jan. 2019.
- _____. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias**. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, INFOPEN, 2019.
- _____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>>>. Acesso em 29 marc 2023.
- _____. **Lei n.º 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Disponível em <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>>. Acesso em 29 marc 2023.
- CAMPOS, A. (Org.). **Ler e escrever na prisão: experimentações em Tocantinópolis – TO**. Brasília: Cromia Tecnologias, 2019.
- CAMPOS, A., SILVA, V. L. Extensão Universitária e Cadeia Pública: uma experiência no Tocantins. **Revista Brasileira de Execução Penal**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 103-121, jan/jun 2020.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CONJUR – REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, com 726.712 mil presos [Texto jornalístico]. **Revista Consultor Jurídico**, publicada no dia 8 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos> Acesso em: 20 fev. 2020.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução Marina Vargas. 7 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

DELEUZE, G. **Conversações 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2007.

EWALD, A. P.; SOARES, J. C. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 12, n. 1, Abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000100003> Acesso em: 15 fev. 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2012. Apostila.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 95-124.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamento de metodologia científica**. 4 ed., São Paulo, Atlas, 2013.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador/BA: EDUSC, 2012.

LEAL, C. B. **Prisões: o rosto mais sombrio da justiça criminal**. Curitiba: Juruá, 2020.

LIMA, F. F. de; BARBOSA, S. M. A. D. **A importância da formação continuada na (re)construção da identidade profissional crítica do professor de língua portuguesa na perspectiva da educação inclusiva**, 2019 Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Disponível em:

file:///C:/Users/cliente/Downloads/Artigo%20Selma%20Abdalla%20(1).pdf. Acesso Nov, 2022.

MACIEL, D. B., BERBEL, G. dos S. 2015. “A representação do Eu na vida cotidiana”. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/representação-do-eu-na-vida-cotidiana> Acesso em: 10 fev.2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

MONTE MÓR, W. M. Multimodalidades e comunicação: antigas novas questões no ensino de línguas estrangeiras. **Letras & Letras**, [S.l.], v. 26, n. 2, mar., 2011.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002.

ONOFRE, E. M., JULIÃO, E. F. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**, v. 38 n.1 Porto Alegre Jan./Mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/30703> Acesso em 30 out. 2021.

PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. Mahwah, New Jersey and London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers LEA, 2001.

PETIT, M. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público** Tradução de Celina Olga de Sousa. São Paulo: Editora 34, 2013.

RIBEIRO, M. L. P. da C. **O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Literatura) Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. São, Paulo, Atlas. 1985.

SANTOS, F. M. dos; GOMES, C. A.; VASCONCELOS, I. C. O. de (Orgs.). **Educação nas prisões**. Jundiaí – São Paulo: Paco, 2019

SILVA, D. R. **Prisão como espaço de atuação para pedagogos/as**. Monografia (Curso de Pedagogia), Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, 2019.

SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. In: SILVA, T. T.; HALL, S. H.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, J. S. **Educação e Cadeia Pública: o que dizem os agentes penitenciários**. 2019. 86f. Monografia de graduação – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis – Curso de Pedagogia.

STREET, B. **Literacy in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANEXOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO – TCLE

Araguaína-TO, 12 de julho de 2021.

Eu, Eveliny Almeida Feitosa Jácome, (PPGLEtras – UFT), aluna do Mestrado Acadêmico em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) convido o Sr(a) _____ para participar da investigação científica intitulada **“A (re) construção de identidades por meio da formação de leitores privados de liberdade: um estudo de caso da Unidade Penal de Tocantinópolis**. O objetivo deste estudo é investigar em que medida o processo educativo desenvolvido na Casa de Prisão Provisória de Tocantinópolis por meio do Clube de Livres tem possibilitados a (re)construção de identidades de pessoas em situação de privação de liberdade. Serão consideradas as ações realizadas no espaço da cadeia, as metodologias utilizadas e os textos produzidos pelos privados de liberdade. Informo que o Sr.(a) tem a garantia de acesso em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outras pessoas, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes.

O Sr.(a) tem o direito de ser mantido informado sobre os resultados parciais da pesquisa e, caso seja solicitado, darei todas as informações que solicitar. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Não haverá benefícios diretos à sua participação, mas em termos social e ao processo de educação, além do benefício concedido à pesquisadora. A pesquisa não apresenta nenhum risco à sua saúde, mas todo o material recolhido como textos, entrevistas, registros fotográficos, notas de campo e textos das transcrições dos vídeos/filmagens das entrevistas receberão análise e poderão ser avaliação de pesquisadores ou professores em universidades ou escolas, o que poderá gerar eventuais desconfortos aos participantes do estudo. Fica também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da

participação na pesquisa.

Mas, para amenizar eventuais desconfortos, a privacidade do participante será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Além disso, quando se tratar da análise de dados da pesquisa, será empregada

uma linguagem em um nível capaz de minimizar efeitos que possam gerar desconforto aos participantes. Evitaremos utilizar registros fotográficos, mas as imagens dos participantes que aparecerem nos registros fotográficos dos trabalhos serão desfiguradas, a fim de evitar sua identificação. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados por meio de artigos científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação.

Serão feitos registros fotográficos, notas de campo, vídeos/filmagens das entrevistas e coleta de textos dos participantes da pesquisa. O(a) Sr.(a) pode ter acesso às cópias das fotos, notas de campo, vídeos/filmagens das entrevistas, bem como do trabalho concluído. Para informação diretamente com a pesquisadora, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato através do telefone (63)99983-1991 ou pelo e-mail liny@uf.edu.br.

Deixo também o endereço e contato do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), caso queira, ou precise de informações adicionais: Avenida NS 15, 109 Norte – Prédio do Almoxarifado; Bairro Plano Diretor Norte – Cep: 77.001-090 – Palmas/TO. Telefone: (63) 3232-8023 – E-mail: cep_uft@uft.edu.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, participante da pesquisa acima intitulada, fui informado sobre procedimentos da pesquisa e porque é importante a minha colaboração. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não ganharei nada e que posso sair quando quiser. Receberei uma cópia deste documento.

Data _____/_____/_____.

Colaborador(a)


Eveliny Almeida Feitosa Jácome

ANEXO 2 – PERFIL SOCIECONÔMICO DO EGRESSO DA UNIDADE PENAL DE TOCANTINÓPOLIS

DADOS PESSOAIS

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: ___/___/_____
3. Idade: _____
4. Estado Civil: _____
5. Religião: _____
6. Naturalidade: _____
7. Raça: _____
8. Tem filhos? () Sim Não ()
9. Nº de filhos: _____
10. Pai estudou? _____
11. Série: _____
12. Mãe estudou? _____
13. Série: _____
14. Profissão: _____
15. Ocupação: _____
16. Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)
 - (A) Nenhuma renda.
 - (B) Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.045,00).
 - (C) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.045,00 até R\$ 3.135,00).
 - (D) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.135,00 até R\$ 6.270,00).
 - (E) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 6.270,00 até R\$ 9.405,00).
 - (F) Mais de 12 salários mínimos (de R\$ 9.405,00 até R\$ 12.540,00).

ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EGRESSOS

PRÁTICAS DE LEITURA E LETRAMENTO

a. Perfil de escolaridade e experiências com a leitura.

- a. Como foi sua relação com a escola na sua infância e/ou juventude?
- b. Até que série você tinha estudado antes de ser detido
- c. Caso não tenha concluído os estudos antes do aprisionamento, o que lhe fez abandonar os estudos?
- d. Antes de ser preso você tinha o hábito de ler? Se sim, o que costumava ler? Se não, porque acredita que não lia?
- e.

B. SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AS EXPERIÊNCIAS COM LEITURA NA PRISÃO

- . Como conheceu o projeto de Extensão Clube dos Livres, na cadeia?
 - a. Quando ficou sabendo do projeto, qual foi a sua postura? O que você fez?
 - b. Qual o seu interesse no Projeto?
 - c. Que tipo de livros foram lidos durante o projeto?
 - d. Tem algum momento marcante que lembra durante a participação no projeto?
 - e. Como era o relacionamento entre os presos e o responsável pelo projeto?
 - f. Para você, qual a importância da educação/leitura na prisão?
 - g. Você acha que participar do projeto fez alguma diferença na sua vida?
- c. **Potencialidades e limites da formação de leitores presos para a (re)construção de identidades.**
 - a. O ato de ler na prisão contribuiu para que você se veja com outro olhar hoje?
 - b. Algum livro despertou interesse em determinado assunto ou campo de trabalho que impactaram suas perspectivas para o futuro? Como?
 - c. Você acha que o projeto Clube dos Livres contribuiu de alguma forma com o seu retorno à sociedade lá fora? Como?

ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – EX-DIRETOR DA UNIDADE PENAL

1. Na sua opinião, qual o grau de importância da educação prisional para o privado de liberdade?
2. Como conheceu o Projeto Clube dos Livres?
3. Qual o principal objetivo do Projeto Clube dos Livres?
4. Você participou de alguma atividade ou fase do Projeto Clube dos Livres? Qual(s)
5. Você acha que o tempo destinado às atividades do Projeto Clube dos livres

foi () Suficiente.

() Insuficiente.

() Excessivo.

Por quê?

6. Você observou mudanças qualitativas nos detentos que participaram do Projeto Clube dos Livres? Pode citar algumas? Exemplos: maior solidariedade com os demais presos, maior conscientização com os seus direitos e deveres maior grau de conhecimentos adquiridos, menor agressividade no âmbito da UP.

ANEXO 5

SECRETARIA DA
Cidadania e Justiça

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis,
Centro, Caixa Postal nº 216 - CEP 77001970 -
Palmas/TO
Fone: +55 63 3218-6944
Site: www.cidadaniajustica.to.gov.br
E-mail: sispen@seciju.to.gov.br

Ofício nº 17/2022/SASPP
SGD: 2022/17019/010697

Palmas - TO, 17 de março de 2022.

A Sua Senhoria
EVELINY ALMEIDA FEITOSA JÁCOME
TOCANTINÓPOLIS/TO

Assunto: Realização de Pesquisa na Unidade Penal de Tocantinópolis

Senhora,

Em atendimento à sua correspondência, **enviada por e-mail**, documento lançado em nosso SGD nº 2021/17019/043812, informamos a Vossa Senhoria que está autorizada a realização da pesquisa intitulada "A (re)construção de identidades por meio da formação de leitores privados de liberdade: um estudo de caso da Unidade Penal de Tocantinópolis".

No mais, colocamo-nos à inteira disposição de Vossa Senhoria para prestar qualquer outro esclarecimento quanto a esta demanda, meio do telefone: 3218-6944, ou, pelo e-mail: sispen@seciju.to.gov.br.

Atenciosamente,

Rogério Gomes Miranda
Superintendente de Administração dos Sistemas Penitenciário e Prisional



Documento foi assinado digitalmente por ROGERIO GOMES MIRANDA em 17/03/2022 12:11:55.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd-ati.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: B09600A800F9EB02

FOTOS DO PROJETO CLUBE DOS LIVRES



Projeto literário oportuniza reflexão e leveza ao cotidiano do cárcere



Projeto “Clube dos Livres” realizado na Cadeia de Tocantinópolis recebe doação de livros da Chão Editora



Projeto de extensão da UFT incentiva a leitura entre os presos de Tocantinópolis e contribui com a reinserção social



Projeto desenvolvido com detentos de Tocantinópolis dará origem a clube da leitura



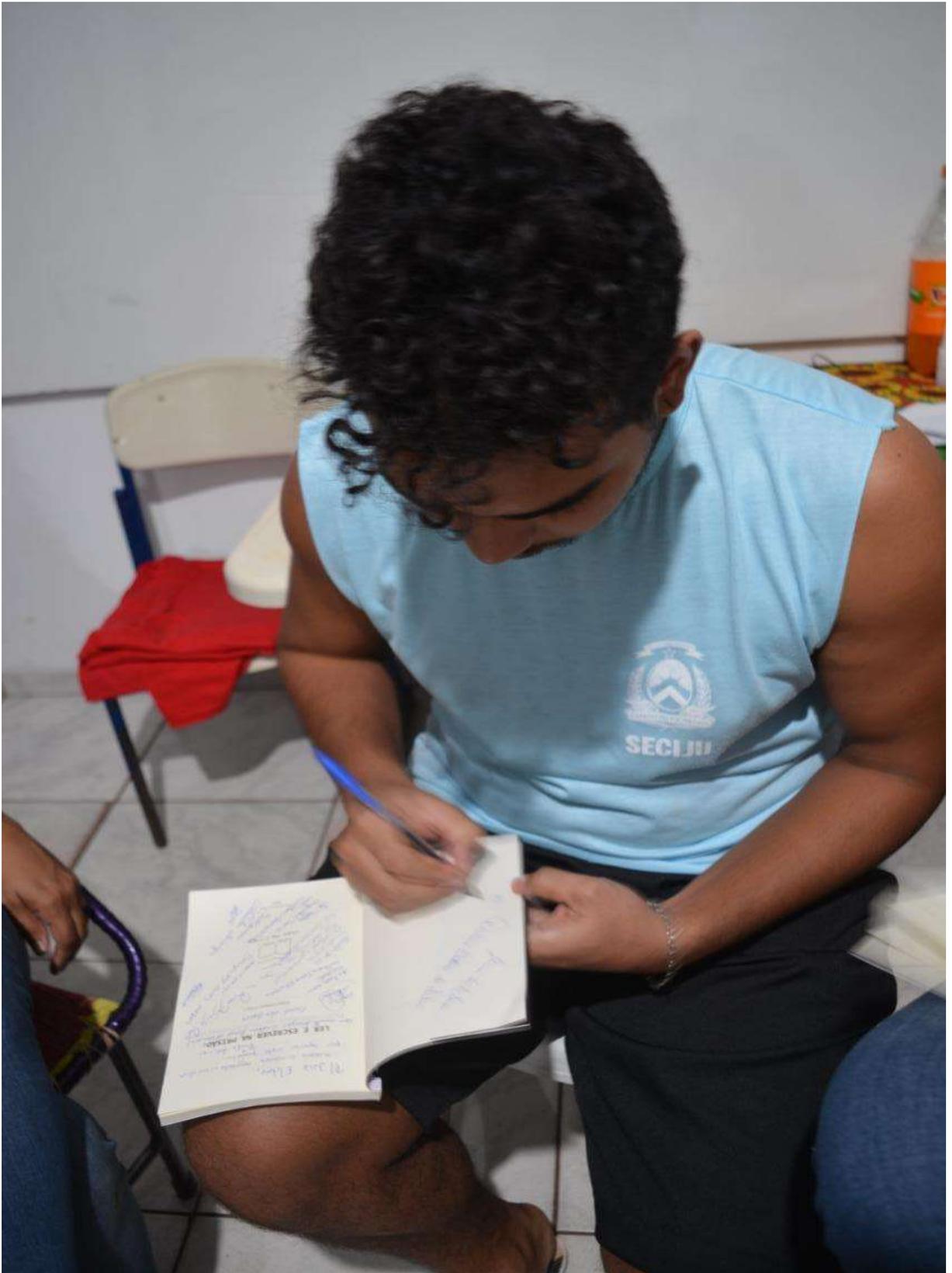
Custodiados da Cadeia de Tocantinópolis são aprovados em vestibular da UFT



Custodiados da Cadeia de Tocantinópolis são certificados pela UFT por participação em projeto de leitura



Evento de inauguração do projeto e espaço educativo com autoridades



Publicação do livro



Lançamento do livro na Universidade



Apresentando os resultados para os policiais penais e diretor da unidade.



